



# Anais da Assembleia

Nº 28

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 26.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e David Cheriegate.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edison Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofício:

Encaminhado a este Poder, pelo Secretário da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, Senhor CELSON A. MAGNABOSCO, em data de 06 do mês em curso, com a finalidade de comunicar a renúncia do Vereador SILFREDO SIMON, ocupando o seu posto, o Sr. ANTONIO XAVIER QUINHONES, como novo vereador desta Câmara Municipal. Ciente.

#### Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento em data de 15 do corrente, do Sr. ALBANO GEWEHR, na Cidade de Toledo.

Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada na sociedade toledana, merecedor de todo o conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade.

REQUER outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, ao seguinte endereço: aos cuidados da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980

(a) EGON PUDELL.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, as mais legítimas congratulações pelo imediato atendimento ao nosso apelo no sentido de reprimir os freqüentes roubos de café transportados por caminhões nas estradas paranaenses.

O Sr. Secretário está ativando a Secretaria da Segurança, Secretaria dos Transportes, através da Polícia Rodoviária e garantiu recursos da Secretaria da Fazenda para a operação.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980

(a) VALDUGA.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor ERNANI GALVEIAS, Ministro da Fazenda e ao Sr. CARLOS GERALDO LANGONI, Presidente do Banco Central, solicitando a redução das taxas de juros, fixando em doze por cento a.a. aos financiamentos concedidos para a agricultura até o limite de Cr\$ 1.000.000,00 e para a pecuária até o montante de Cr\$... 2.000.000,00.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

### JUSTIFICATIVA:

As medidas ora solicitadas têm por objetivo a adoção de uma política de incentivo ao pequeno e médio produtor, que se vê hoje em sérias dificuldades devido a recente elevação das taxas de juros para o corrente ano.

A instituição de tal sistema de financiamento virá ao encontro das próprias afirmativas do Governo Federal, que tem reiterado a necessidade de expandir a produção brasileira a níveis elevados, como única forma de combater a crescente inflação que sufoca toda a Nação brasileira chegando a limites insuportáveis.

Por outro lado, acreditamos que a redução das taxas de juros de financiamentos, irá, ainda, diminuir um dos mais graves problemas da atualidade brasileira, que é o da migração, pois o pequeno produtor encontrará o necessário incentivo para permanecer no campo, não contribuindo com a inchação das cidades, formando verdadeiros exércitos de marginalizados.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor NIVALDO DE ALMEIDA NETO, DD. Secretário dos Transportes, solicitando imediatas providências no sentido de que seja concluído o "ACESSO" Mamborê- Br 369.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980

(a) DARCY DEITOS.

### JUSTIFICATIVA:

Em requerimento de 11 de junho de 1979, solicitamos o referido benefício a Mamborê, citando que inclusive o trecho em tela, estava contido no Mapa Rodoviário amplamente

distribuído e divulgado pelo Governo Jayme Canet Junior como concluído e afirmávamos, ainda, que a firma responsável pela sua execução havia "falido", mas para a infelicidade do povo de Mamborê o aludido requerimento foi rejeitado nesta Casa pela Bancada do Governo. Em 20 de novembro do mesmo ano enviamos a esta Casa novo requerimento o qual foi aprovado, fazendo a mesma solicitação, apesar do seu envio a Secretaria de Transportes até o momento não obtivemos resposta, daí a razão de mais uma vez voltarmos a solicitar que se conclua definitivamente tal obra de interesse de Mamborê para o escoamento de sua produção a qual colabora decisivamente para o progresso do Estado.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados subscritores, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades regimentais, REQUEREM sejam solicitadas providências ao Secretário de Segurança Pública do Estado e à Prefeitura Municipal de Curitiba, quanto ao clima de insegurança e violência que está ocorrendo naquele setor urbano (Vila Parolin) da Capital, que gera despejos a "manu militari", ameaças físicas e familiares, ocupação e limitação de áreas, quando há famílias ocupando há 12 e 14 anos, pacificamente, terrenos, com barracos construídos pelas mesmas e perfeitamente ocupados.

existe violência e uso ostensivo de armas para intimidação, também não podemos deixar de solicitar medidas condizentes para por fim a tal problema, que denigre sobremaneira a segurança pessoal e coletiva. Em segundo lugar, há que se concretizar por parte da Prefeitura uma posição clara e definitiva em favor dos moradores da área.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980

aa) Nestor Baptista e Nilton Friedrich.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após -ouvido o Plenário, o Registro nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná do Editorial da Folha de Londrina anexo, do dia 15/04/80 tendo por título: "Londrina na Luta Municipalista", analisando a importância do Congresso que será promovido pelas Câmaras Municipais de Londrina e Curitiba no próximo mês de junho em Londrina, focalizando a triste realidade nacional, "O Município de chapéu na mão".

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980

a) Del Ciel

#### Projetos de Lei:

Projeto de Lei nº 26/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba "Os Bambas do Asfalto", com sede em Cornélio Procópio.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980

a) Fuad Nacli.

#### JUSTIFICATIVA:

A municipalidade de Cornélio Procópio já declarou, pela Lei nº 1.133, de 07.04.80, a mencionada associação como de utilidade pública.

A exposição de motivos que acompanha a documentação relativa à existência legal da entidade, convenceu o analista criterioso da oportunidade de se conceder, a nível estadual idêntica situação.

Projeto de Lei nº 27/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,  
D E C R E T A:

Art. 1º — Os Municípios de Londrina e Cambé passam a ter as seguintes novas delimitações:

"Começa na divisa este-oeste das terras da Companhia Norte do Paraná, hoje denominada Companhia-Melhoramentos Norte do Paraná, no cruzamento com a antiga estrada Londrina-Bela Vista do Paraíso, na confrontação da divisa oeste do Lote nº 170 da Gleba Jacutinga, segue-se por esta, confrontando com os lotes nºs 170, 170-A, 171, 171-A, 172, 172-A, 172-B, 172-C, e 103 a 108, todos da Gleba Jacutinga, até ponto denominado Serrinha; deste ponto segue-se por linha reta e seca, na confrontação dos lotes nºs 198 e 127-A, da Gleba Jacutinga, até encontrar o ponto situado na confrontação dos lotes nºs 127-A, 138 e 198, da Gleba Jacutinga; daí segue-se por linha reta e seca, na confrontação dos lotes nºs 138 e 198, da Gleba Jacutinga, até o ponto situado na confrontação dos lotes nºs 138, 139 e 198, da Gleba Jacutinga; daí segue-se por linha reta e seca, confrontando com os lotes nºs 139 e 137, da Gleba Jacutinga, até a cabeceira do Córrego Fundo e por este segue-se descendo até a sua foz no Córrego da Saúde. Daí segue-se por este até a sua foz no Ribeirão Jacutinga, pelo qual sobe até o ponto assinalado por um marco de concreto, fixado na confrontação dos lotes nºs 250-A e 296, da Gleba Jacutinga; deste ponto segue-se por linha reta e seca, confrontando com os mencionados lotes nºs 250-A e 296, da Gleba Jacutinga, até encontrar um marco de concreto afixado na confrontação dos lotes nºs 84-A, 84, 250-A e 296-A, da Gleba Ribeirão Jacutinga; daí segue-se, confrontando com terras dos lotes nºs 84 e 84-A, da Gleba Ribeirão Jacutinga, até encontrar o curso do Ribeirão Cambé; daí desce por este até encontrar a estrada denominada do Cafezal; daí segue-se por esta no sentido sudoeste, até encontrar o Ribeirão Três Bocas e subindo por este vai até alcançar a estrada denominada do Bule."

Art. 2º — Ficam fazendo parte integrante desta lei o Termo de Audiência e o roteiro da Nova Divisa Londrina-Cambé, lavrado pela 4ª Inspetoria de Terras, sediada em Londrina, juntamente com a Planta Parcial nº 1, contendo a demarcação da nova linha de limites entre os dois municípios vizinhos.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980

a) Del Ciel.

#### JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com o projeto de lei que levamos a apreciação dos Excelentíssimos Senhores Deputados, promover a regularização e definição dos limites entre os Municípios de Londrina e Cambé.

Nos documentos anexos e que propomos façam parte integrante da matéria, comprovam-se os mais elevados interesses dos dois Municípios que compuseram a "comissão especial de divisas" e participaram do trabalho da 4ª Inspetoria de Terras, entre outros.

Com a aprovação do colendo Plenário, os municípios poderão oferecer maior atenção do Poder Público a parcelas da Zona Rural que vivem o drama de não saber a que Prefeitura reivindicar melhorias de estrada, escolas, etc.

Entendemos que se a nossa modesta justificativa não cristalizar possíveis dúvidas, o próprio Projeto e Documentos anexos facilitarão o entendimento por inteiro da nossa propositura.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando um requerimento à mesa para o qual solicito o apoio de todos os Parlamentares desta Casa, no sentido de reivindicar, para o Paraná, a implantação e a instalação de um Hemocentro.

Vou procurar deixar registrado, através deste meu pronunciamento, o teor deste requerimento, já que dias atrás a leitura apenas da súmula suscitou dúvidas de um Parlamentar desta Casa, o nobre Deputado Fidélcio Tolentino. S. Ex.<sup>a</sup> ficou em dúvida quanto a um pedido meu, de policiamento na Faculdade de Educação Musical do Paraná. E como o requerimento teve que ter a sua leitura novamente feita, eu então, para esclarecer qualquer dúvida que porventura possa ocorrer, vou proceder a leitura do requerimento que ora encaminhando à Mesa. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Ministro da Saúde, reivindicando para o Paraná a instalação de um HEMOCENTRO, dentro do Programa Nacional do Sangue e Hemoderivados.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1980

a) Mário Celso.

#### JUSTIFICATIVA:

Entrando de maneira ordenada no combate aos elementos inescrupulosos que comercializam de maneira abusiva e escandalosa o sangue humano, o Governo está implantando o Programa em referência. Procurando, além de combater o comércio ilegal, também coordenar e disciplinar a coleta e utilização do sangue humano e seus derivados.

Estamos sabendo que o Programa consta de instalações de Hemocentros nas principais cidades da Nação. Foram relacionadas na lista inicial nove cidades, que são: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Luiz e São Paulo.

Ficamos surpresos com a ausência do Paraná nesta listagem, pois Curitiba poderá receber (e precisa muito) um Centro Modelo conforme as características do Hemocentro. Segundo informações que colhemos junto à imprensa, somente dentro de dois a cinco anos é que a segunda etapa será implantada.

Pedimos um estudo especial neste caso, sugerindo e reivindicando a inclusão do Estado do Paraná neste Programa Nacional do Sangue e Hemoderivados, já nesta sua primeira fase de implantação."

É este o requerimento que estamos encaminhando à mesa porque consideramos, que através desse programa, teremos instrumentos adequados para disciplinar as atividades relacionadas com a coleta, distribuição e utilização do sangue humano.

A intervenção federal, inclusive, vem colocar um fim aos abusos e escândalos muitas vezes cometidos nesses setores. É claro que existem também entidades de iniciativa privada, de iniciativa particular, sérias e que estão salvando vidas, através da coleta do sangue humano e de sua distribuição.

Mas acontece que, muitas vezes, pessoas que não são idôneas passam a participar desse mercado e acabam então gerando uma série de conseqüências, inclusive muitas doenças são passadas a outros, por meio de transfusões. Adquirindo, esses pacientes, muitas vezes, doenças graves, mais graves até do que aqueles que são acometidos.

O problema vem sendo, há muito tempo, denunciado não só por políticos como também pela imprensa e merece uma atenção especial de todos.

Esse plano do Governo prevê a adoção de doação vo-

luntária, evitando que sub-nutridos doem sangue, o que é muito importante.

Nós sabemos como o Governo não pretende uma estatização. A estatização, na realidade, não deve ser feita, o Governo deve apenas ter a missão de controlar, de coordenar, de disciplinar, a atividade. E o caminho é esse.

Curitiba deve ser incluída nesse programa. Curitiba pode possuir um Hemocentro, podendo distribuir, coletar, coordenar esse programa para todo o Estado do Paraná.

Não podemos é aguardar a segunda fase de implantação do programa que deve demorar 5 anos e, conseqüentemente, só em 1985 é que o Paraná poderá contar com a instalação desse Hemocentro.

Dá porque se implantar só em 85, quando podemos implantar em 80, juntamente com as outras 9 cidades que são: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Luiz e São Paulo.

É isso, Sr. Presidente, nobres Companheiros e peço, mais uma vez, o apoio de todos para essa reivindicação do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidélcio Tolentino. (Pausa) Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelton Friedrich, terceiro orador inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por determinação da Liderança, foram criadas, conforme consenso da bancada do PMDB, algumas vice-Lideranças, para atuar extra-Parlamento e recaiu sobre nossa pessoa, o acompanhamento de todos os movimentos reivindicatórios e viemos a esta tribuna, para iniciar o assunto que será complementado pelo Deputado Nestor Baptista, quanto ao requerimento que neste instante encaminhamos à Casa, aos Srs. Deputados e à Executiva, solicitando providências da Secretaria de Segurança Pública do Estado, bem como, por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba, quanto às ameaças e violências que estão ocorrendo contra favelados da Vila Parolin, pedindo também informações sobre as providências que, por ventura, estão acontecendo por parte da Secretaria de Segurança e da Prefeitura desta Capital.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, há na área urbana em referência, Vila Parolin, uma situação conflitiva. Graves conseqüências ocorrem diuturnamente, que vão desde ameaças físicas familiares, até o uso de arame farpado para confinar terrenos e também utilização de até força mecânica, derrubando casas, ranchos e outras violências, não se conhecendo corretamente a mando e a responsabilidade de quem. Há no local, mais de 200 famílias que vivem sob tensão e intranquilidade, ora ameaças ostensivas, ora tratores derrubando ranchos e outras medidas, altamente não só indignas, como violentadoras dos mais rudimentares direitos da dignidade humana.

Por todas essas razões, a Associação dos moradores e amigos da Vila Parolin, uma entidade criada há algum tempo, com o objetivo de defender os interesses superiores daquele bairro daquela área, estão realizando os moradores, no dia de hoje, o ato público em defesa dos favelados, ocasião em que serão entregues, simbolicamente, aos advogados do Comitê brasileiro pela anistia, de Curitiba, procuração para as defesas jurídicas pertinentes, além de também tal movimento ser dirigido para repudiar a cumplicidade passiva e ativa do próprio Governo, principalmente municipal, com a dita violência, pois as vítimas dos favelados, flagelados da sociedade e que, buscando sobreviver, ocupam áreas de maneira pacífica há 10, 12 anos o que, por si, já confirma uma definição possessória juridicamente defensável e adequada. Deputados,

Vereadores, membros de outras associações de bairros, entidades ligadas ao setor, e o povo em geral, estão sendo convocados para esse ato público na Rua do Canal, às 20 horas do dia de hoje.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso que também a Assembléia Legislativa tome a sua posição e por isso esse nosso requerimento, assinado pelo Deputado Nestor Baptista e por este que se encontra na tribuna, para que a Secretaria de Segurança Pública tome as providências e coíba as ameaças, inclusive a permanência de pessoas que, ostensivamente usando armas, têm gerado intranquilidade a todos os moradores da Vila Parolin. Além do mais, a Prefeitura da nossa Capital, que ontem, elementos ligados ao nosso gabinete, juntamente com a associação de amigos e moradores daquela Vila, procuraram os setores da Prefeitura e, na verdade, a coisa é incerta, é desconhecida. Fala-se em providências e elas não surgem, e, portanto, neste instante, as autoridades superiores devem se definir, devem se clarear e tomar uma providência. Que a questão social, a tensão que se vive nesse bairro e que se repete tal tensão em outros aglomerados de toda a nossa grande Curitiba, mereçam uma definição, um clareamento.

É inadmissível, que famílias que estão com posse há 14 anos portanto, com determinados direitos possessórios já adquiridos, venham sendo violentados nesse direito de maneira abrupta, violenta, ostensiva, que não casam com a necessária e adequada justiça social que o Brasil necessita aos seus membros, à sua gente e aos habitantes do Estado.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contamos com os blocos parlamentares com assento nesta Casa, para que dêem o apoio a esse requerimento objetivando providências e informações à Secretaria de Segurança Pública e ao Prefeito Municipal quanto à situação tensa, intranquila, injusta, que vivem os moradores da Vila Parolin.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

“A população da Vila Parolin vem enfrentando a arbitrariedade e a violência exercida por jagunços a mando de pessoas que se arrogam proprietários de uma área onde vivem aproximadamente 200 moradores que se vêem sem defesa. Os jagunços se intitulam fiscais da Prefeitura ou policiais, para violentar o direito de segurança e bem estar das famílias.

Isto gerou uma situação grave e que desespera cidadãos que não estão habituados a esse clima de insegurança. No dia do lançamento da Carta da Favela, pelo Prefeito Municipal de Curitiba, Jaime Lerner, estes moradores receberam uma promessa: A administração pública municipal foi comunicada dos fatos e afirmou que tomaria providências imediatas, pois tal situação é inadmissível em nossa cidade, segundo o próprio Prefeito. A autoridade se dizia irritada principalmente com o fato de que os criminosos se punham como representantes do poder público.

Mas nada aconteceu. A situação permanece, a exemplo do que também acontece em várias outras áreas da periferia de Curitiba, onde a luta pelo solo urbano vem transformando-se numa guerra campal. Do Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura ouve-se apenas promessas demagógicas que não se cumprem. Do Prefeito, declarações sobre a necessidade de redistribuir a renda, dar soluções aos conflitos sociais. Na prática, o povo continua oprimido.

O exemplo da Vila Parolin é significativo. Reflete a situação em que vivemos neste Estado onde a violência e o arbítrio contra o povo vem se sobrepondo à justiça há muito tempo.

Acredito que este Poder tem o dever de denunciar e exigir soluções que consultem os interesses populares acima de tudo. Hoje à noite, a população realiza um ato público, às 20 horas, com a presença e apoio de parlamentares, Comitê Brasileiro da Anistia e outras entidades identificadas com o povo, em repúdio à violência e à omissão dos poderes que têm o dever de prestar segurança e respeito aos direitos dos moradores.

Quero deixar aqui meu repúdio ao comportamento tanto daqueles que agredem famílias a mando de pseudo proprietários abrigados pela incúria administrativa municipal, quanto à omissão das autoridades competentes para coibir tais abusos.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para justificar o encaminhamento de um requerimento a esta Mesa, aonde pela quarta vez consecutiva, em 14 meses e meio de mandato que exerço nesta Casa, pela quarta vez consecutiva venho pedir que a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná providencie o asfaltamento do acesso da cidade de Mamborê com a BR — 369. Porque, no dia 15 de março do ano passado, quando fizemos o primeiro pronunciamento nesta Casa, já dizíamos, naquela oportunidade, de que tal acesso daquela cidade de Mamborê, com a BR — 369, já constava no mapa rodoviário do Estado do Paraná divulgado pelo então Governador da época, Governador Jayme Canet Júnior.

No dia 11 de junho de 1979, voltamos a esta Casa com um requerimento, pedindo aquele asfaltamento, o qual foi indeferido naquela oportunidade. No dia 20 de novembro, fizemos, novamente o mesmo requerimento, o qual mereceu a aprovação desta Casa e até a data de hoje, 16 de abril de 1980, não recebemos nenhuma correspondência a respeito da Secretaria dos Transportes, acusando o recebimento daquela solicitação, tendo em vista que até esta oportunidade ainda também aquela obra não foi reiniciada.

Então, queria novamente solicitar que esta Casa aprove um pedido de encaminhamento de requerimento, solicitando ao Sr. Secretário dos Transportes, para que definitivamente asfalte aquele acesso ou explique ao Paraná, e explique simplesmente ao povo daquela cidade, porque o seu acesso com a BR — 369 não é asfaltado.

E, secundamente eu queria dizer também de que no dia 14, na sessão de anteontem, o eminente Deputado Jurandir Messias, com quem tenho a honra de dividir aqui nesta Casa a representação da cidade de Mamborê, fez um repto à nossa pessoa dizendo de que se nós provássemos de que já levamos alguma coisa para o povo da nossa região, ele renunciaria o seu mandato. Cremos, evidentemente que deve ter sido no calor de uma discussão, aonde talvez até tenha havido um mal entendido de uma colocação que fizemos sobre os assalariados.

Mas eu queria dizer de que tal repto não procede e nós não aceitamos, porque não queremos ver esta Casa privada da presença do eminente Deputado Jurandir Messias, porque sabedores que somos de que é homem que cumpre a sua palavra, teria que renunciar ao seu mandato.

Então, eu queria deixar esse esclarecimento à Casa. E, em 3º lugar, Sr. Presidente, em nome da liderança do meu partido, o PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, queria convidar a todos os Srs. Deputados desta Casa, para que hoje, às 18:30 horas, compareçam no Edifício Asa, no 14º andar, na sede dos professores do Paraná, para o lançamento do livro do eminente ex-Deputado paraguaio Domingo Laino, cujo livro é a “Invasão Brasileira no Paraguai”.

Agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Mesa congratula-se com a presença no plenário, do Deputado Federal Norton Macedo, Presidente do PDS, e do Vereador Plamir Bortolli, líder do PMDB da Câmara Municipal de Guaraniaçu.

Concedo a palavra ao sexto e último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Havendo declinado, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê). "O Governo Federal desencadeou, nos últimos meses, massacradora campanha publicitária, com o objetivo mal-intencionado de iludir o povo brasileiro de que está dando inteiro e perfeito apoio à agricultura no País. Graças a esse estratagem, pretende retirar dos seus ombros a responsabilidade pela crise que estamos enfrentando, e que mal podemos suportar, para jogá-la, subrepticiamente, sobre os ombros dos sofridos produtores do campo. Se a vida continuar encarecendo, em virtude da inflação galopante que nos assola, o povo poderá pensar que os lavradores são os culpados disso, uma vez que o Governo está sendo bonzinho com eles, e eles é que não estarão correspondendo à suposta ajuda dele.

A verdade é bem outra. E o povo precisa conhecê-la, para pegar o gato, que deixa o rabo de fora do esconderijo.

O Banco do Brasil e bancos particulares estão empenhados numa política de financiamento da produção agropecuária. Não podemos negar, em sã consciência, que as operações de financiamento desse tipo sofreram um processo de simplificação, para facilitar o atendimento dos produtores. Só que o Governo esconde da opinião pública a dolorosa realidade do elevado custo de dinheiro que empresta, como esconde a realidade de outros problemas não menos dolorosos. Não há produto agrícola em condições de suportar os juros de até 30 por cento, com o desconto obrigatório de três por cento para o PROAGRO e mais as taxas e as despesas outras, incidentes sobre o valor do empréstimo. O banco emprestador exige, de modo geral, a apresentação de um projeto, pelo produtor para aplicação dos recursos obtidos com a operação financeira. O projeto tem de ser elaborado por empresa de planejamento registrada no banco, e a empresa cobra, normalmente, três por cento sobre o valor total do projeto, embora nem sempre o banco venha a cobrir o custo previsto. Trata-se de mais uma sangria, sofrida pelo produtor.

Quando a lavoura é vitimada pelas intempéries, o lavrador comunica ao banco financiador o desastre sofrido, a fim de que os técnicos do PROAGRO compareçam à propriedade, para avaliação dos prejuízos. Começa o drama. O PROAGRO retarda o comparecimento, ou se omite completamente. Se comparece, o processo de avaliação se compõe de muitas armadilhas, com exigência de documentos, e de mais documentos, antes especificados, de modo que o produtor, na maior parte das vezes, deixa de ser justamente indenizado, apesar de haver pago obrigatoriamente os três por cento sobre o valor global do empréstimo contraído. O PROAGRO se furta a cumprir a sua parte.

Quando o tempo favorece a safra, eis que o governo apela para todos os modos e meios, visando, única e exclusivamente, o assalto à bolsa do produtor. Está bem viva, na memória do povo, a campanha de rebeldia dos sojicultores gaúchos, paranaenses e matogrossenses contra a recente tentativa governamental de impingir o imposto de exportação por saca de soja, enviada para o exterior. O movimento assumiu proporções inimagináveis, e o Governo teve de recuar, quando os produtores firmaram o propósito de não vender a sua produção e de não pagar as dívidas. Esse imposto de exportação foi eliminado, mas, quanto ao café, continua o exorbitante confisco cambial, conquanto a luta contra o mesmo seja de muitos anos.

Nova ameaça paira, agora, sobre a cabeça dos agricultores brasileiros, com reflexo direto sobre o encarecimento maior

de custo da produção. A ameaça vem do Ministro da Previdência Social, Jair Soares, que, fazendo acompanhar-se da exposição de motivos n.º 08, de 11 de março último, remeteu à Presidência da República projeto de lei complementar, para encaminhamento ao Congresso Nacional, visando estabelecer uma taxa previdenciária de dezesseis por cento sobre a comercialização dos produtos agrícolas. É uma nova tentativa de extorsão, que, se for executada, irá prejudicar diretamente o consumidor brasileiro. Como, do couro, saem as correias, é claro que os produtos agrícolas terão de sofrer majoração de mais dezesseis por cento no seu preço, para que o consumidor pague ao Ministro Jair Soares a taxa previdenciária que ele está inventando.

O Governo retirou o imposto de exportação para a soja que venha a ser vendida para fora. Mas, pretende cobrar dezesseis por cento de taxa previdenciária sobre todo e qualquer produto agrícola que não seja exportado ou que seja consumido dentro do País. Na troca de tributos, o Governo sai ganhando muito mais, à custa do povo, já reduzido à miséria.

Erguemos o nosso protesto contra o novo atentado à economia nacional, e desejamos que o nosso protesto chegue às mais altas esferas governamentais, em defesa do produtor e do consumidor.

Requeremos por isso, que seja remetido, com o mesmo teor, o seguinte telegrama ao Presidente da República, ao Secretário de Planejamento da Previdência da República, ao Ministro de Previdência Social, ao Ministro da Agricultura e ao Ministro de Indústria e Comércio:

"Nome Classes Produtoras Paraná et da Assembléia Legislativa vg protestamos contra novo esbulho através tentativa implantação taxa previdenciária 16 por cento sobre comercialização produtos agrícolas constante exposição motivos número 08 de 11 de março último et projeto de lei complementar subscritos Ministro Jair Soares vg visando nossa atitude defesa intransigente produtores et consumidores brasileiros pt Edilson Alencar, Deputado."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu havia solicitado à Presidência da Mesa me concedesse a palavra no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Mas a Mesa lembra ao nobre Deputado que Vossa Excelência não está inscrito para falar no Grande Expediente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem). — Eu solicitei verbalmente ao Sr. Presidente em exercício, de vez que Vossa Excelência não estava na Presidência dos Trabalhos no momento. E como os oradores que estavam inscritos, não estavam, presente na Casa, eu desejaria usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Nobre Deputado, por norma adotada nesta Casa, o próximo orador inscrito seria o Deputado Nelson Buffara, Deputado Del Ciel e Deputado Dácio Leonel e mais alguns deputados inscritos no Livro, para o Grande Expediente. De sorte que se eu lhe conceder o restante do Grande Expediente, a um outro Sr. Deputado, teria que chamar a lista completa dos Srs. Deputados inscritos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem). — Vossa Excelência quer me inscrever, por gentileza, em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa deferre. O nobre Deputado está inscrito para Explicações Pessoais.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/79, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a Conferência Vicentina de Ibiporã, com sede e foro na Cidade de Ibiporã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 197/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CONFERÊNCIA VICENTINA DE IBIPORÃ.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1980.

a) ROSÁRIO PITELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Conferência Vicentina de Ibiporã, instituição de finalidades filantrópicas, culturais e de assistência social, fundada no dia 1.º de maio de 1955, também conhecida pelo nome de Conferência de São Vicente de Paula — Ibiporã, visa o atendimento gratuito aos necessitados em geral, seus familiares, à velhice desamparada, menores, órfãos ou abandonados, mediante o fornecimento de alimentação, vestuário, agasalhos, medicamentos, inclusive quando for possível, instrução em seus diferentes graus, tendo por sede e foro esta cidade de Ibiporã.

Sua finalidade principal é de orientar e desenvolver a ação social e religiosa em todos os seus aspectos, estreitando os laços de amizade cristã e promover o aperfeiçoamento intelectual, moral e religioso, não só de suas associadas, como também de todos aqueles que com ela queiram cooperar na prática da caridade cristã. Há mais de 10 anos a referida entidade vem prestando relevantes serviços a toda comunidade de Ibiporã, através de várias e dedicadas diretorias. Em reconhecimento ao real valor dos serviços prestados pela "A Conferência" a Câmara Municipal de Ibiporã, já a reconheceu como de utilidade pública, através do decreto n.º 08 de 26/12/1956.

Assim, apresentamos o presente projeto de lei, à consideração de nossos Pares, esperando que lhe dê o indispensável apoio.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 197/79

De autoria do nobre Deputado ROSÁRIO PITELLI, o presente Projeto de Lei n.º 197/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública A CONFERÊNCIA VICENTINA DE IBIPORÃ, com sede e foro na cidade de Ibiporã.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral, que apresentamos anexo, para melhor atender a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de março de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

JOSÉ TAVARES — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 197/79

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública "A Conferência Vicentina de Ibiporã" com sede e foro na cidade de Ibiporã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198/79, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública a "Associação Brasileira de Odontologia - Regional de Cascavel - Seção do Paraná", com sede e foro na cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 198/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA - REGIONAL DE CASCAVEL - SECÇÃO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1979.

a) RENATO BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

A Regional de Cascavel - PR, da Associação Brasileira de Odontologia - Seção do Paraná, fundada em 03 de outubro de 1970, integrante da ABO-PR, consequentemente da ABO órgão supremo da Odontologia Nacional, é uma associação de classe com personalidade jurídica, representativa dos Cirurgiões-Dentistas da cidade de Cascavel, sem fins lucrativos, apolítica e sem discriminação religiosa ou racial, tendo por sede e foro jurídico a cidade de Cascavel neste Estado.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Isto exposto, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando para o mesmo o seu apoio e aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 198/79

De autoria do nobre Deputado RENATO BUENO, o presente Projeto de Lei n.º 198/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA - Regional de Cascavel - Seção do Paraná, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de março de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 03/80, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro na cidade de Alvorada do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por



unanimidade. -- **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 03/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA de Alvorada do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1980.

a) VALDUGA

**JUSTIFICATIVA:**

A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na cidade de Alvorada do Sul, Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, e tem como finalidade proteger e assistir à maternidade e à infância em geral a pessoas carentes de recursos, velando pela sua saúde, o bem-estar e suas necessidades, prestando-lhes assistência médica, alimentar, educacional, moral, além de outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em Lei.

A APMI de Alvorada do Sul, pelo seu importante papel desempenhado na área assistencial de nosso Estado, justifica por si própria a presente proposição.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 03/80

De autoria do nobre Deputado RUBEN VALDUGA, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA de Alvorada do Sul, com sede e foro na cidade de Alvorada do Sul.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que as pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral, que apresentamos anexo, para melhor atender a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

JOSÉ TAVARES — Relator

**SUBSTITUTIVO GERAL**

AO PROJETO DE LEI N.º 03/80

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ALVORADA DO SUL.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

JOSÉ TAVARES — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04/80, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação Evangélica Nova Vida", com sede na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 04/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSO-

CIAÇÃO EVANGÉLICA NOVA VIDA - de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1980.

a) AUGUSTO CARNEIRO

**JUSTIFICATIVA:**

A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA NOVA VIDA de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome, é uma associação civil, de caráter assistencial, filantrópica e beneficente, sem intuito lucrativo e com duração indeterminada.

Tem como fins:

a) Promover o bem-estar individual ou da família, considerada como um todo, sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência econômica, social, moral, educacional, recreativa e física.

b) Combater a mendicância e promover a recuperação das realmente necessitadas.

c) apoiar as demais instituições sociais estimulando-as a adotarem programas planejados, para maior e melhor prestação de serviços à comunidade.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 04/80

Do exame das peças que integram o presente projeto de lei, verifica-se total obediência às disposições contidas na Lei 6994/78, restando comprovado que a entidade possui personalidade jurídica; está no efetivo exercício de suas atividades e que não remunera a qualquer título os integrantes de sua Diretoria.

Assim, a iniciativa não fere qualquer dispositivo legal aplicável à espécie.

Face a isto, somos favoráveis à aprovação do Plano de Lei. É o parecer.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albano Gewehr. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Saúde, reivindicando para o Paraná a instalação de um HEMOCENTRO, dentro de Programa Nacional do Sangue e Hemoderivados. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central, em forma de apelo, visando a redução das taxas de juros aos financiamentos concedidos para a agricultura. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de que seja concluído o acesso Mamborê-BR-369. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valduga, constante de expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Secretário de Segurança Pública, pelo imediato atendimento, criando um sistema de segurança das estradas, visando proteção no transporte de café. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, peço para discutir.  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial da "Folha de Londrina", intitulado "Londrina na Luta Municipalista". — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando envio de telex, ao Sr. Presidente da República e Secretário do Planejamento da Previdência da República, Ministro da Previdência Social, Ministro da Agricultura e Ministro da Indústria e Comércio, em nome das classes produtoras do Estado, protestando contra novo esbulho, através da taxa Previdenciária, sobre a comercialização de produtos agrícolas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Waldyr Pugliesi, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo informações quanto ao pagamento às empreiteiras, sub-empiteiras, modalidades contratuais e outras providências.

O referido requerimento se encontra em fase de discussão, e o Senhor Deputado Waldyr Pugliesi tem quatorze minutos para discutir o presente requerimento de acordo com o Regimento Interno.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Senhor Presidente, eu indagaria de Vossa Excelência, inicialmente, a respeito do tempo que eu possuo para continuar o pronunciamento interrompido na tarde de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lembra ao nobre Deputado, que tem quatorze minutos.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Pelas notas taquigráficas em meu poder, o pronunciamento teria começado às 16:25 e interrompido às 16:30 horas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A anotação da Assessoria da Mesa, dá como 16:20 a 16:50 horas.

Quatorze minutos tem o nobre Deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os poetas, ah! os poetas, Senhor Presidente. Garcia Lorca "Verde que te quero verde", Victor Hara, que lhe cortaram, no Chile, sob a ditadura de Pinochet, os dedos para que ele não pudesse cantar a voz do povo.

O poeta, Sr. Presidente, Senhores Deputados, Marco Antônio Maia Souto, certo dia escreveu alguma coisa que me tocou profundamente, e eu acredito que, na tarde de hoje, seja até oportuno que possamos falar aqui os versos de Marco Antônio Maia Souto, porque nas palavras dele eu encontro a resposta àqueles que querem instilar o medo, indemocratas que, ao longo de todos esses anos, continuando a luta de milhares de anos de tantos outros democratas, querem abrir espaço para continuar a falar, para continuar indagações, para avançar rumo a dignidade.

"Arraquem do chão as marcas dos meus passos, mas cortem de mim as pernas, se não outras aparecerão. Tirem-me a língua, arranquem os olhos, a retina, firam o mais fundo os meus tímpanos. Depois, exibam aos homens a obra-prima forjada, e eles terão na deformação de minha carne o retrato do opressor."

É o compromisso que nós temos com a nossa consciência de brasileiros, em todas as horas, em todas as oportunidades, falarmos a voz do povo, descermos lá aonde está vivendo o povo para ouvi-lo, e depois aqui na tribuna, tentar ser fiel à pregação, ao programa que nós apresentamos a esses democratas que se somaram na vontade de realmente ter representantes, que não

venham a exibir no Parlamento nem o medo nem a espinha dobrada diante de quem quer que seja.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — Nobre Líder do PDS, eu nem bem começo, recomeço aliás o meu pronunciamento, mas concedo o aparte a Vossa Excelência. Mas, faria um pedido. Que Vossa Excelência fosse o mais breve possível, para que eu pudesse, nesses poucos minutos que nos são dados pela Presidência, pudéssemos tentar falar a respeito desse assunto que aqui levantamos.

O Sr. Erondy Silvério — Atenderei, com todo o prazer, a solicitação de Vossa Excelência e agradeço, de antemão, a concessão desse aparte.

Eu serei breve, apenas solicitei o aparte para corrigir uma posição de enfoque. Vossa Excelência acha que os democratas estão só de seu lado. E nós achamos que também somos democratas. Que ao longo desses 16 anos de regime revolucionário, nós que fizemos uma opção em 1965 por um dos dois partidos. Vimos apoiando o Governo todas às vezes que o Governo corresponde aos anseios do povo brasileiro. Nós apoiamos o Governo, nosso partido apoiou o Governo quando ele enfrentou corajosamente uma posição sobre os fretes internacionais, quando nós nos libertamos do jugo dos grandes "trustes" internacionais do frete; nós nos colocamos ao lado do Governo quando ele comprou e expropriou e comprou os acervos das companhias multinacionais que exploravam a energia elétrica neste País. Nós nos colocamos ao lado do Governo quando ele resolveu desapropriar e comprar o acervo da ITT, que escravizava o povo brasileiro no setor de telecomunicações. Vossa Excelência deve estar lembrado que antes da Revolução de 64, para se falar com São Paulo, por exemplo, era-se obrigado a solicitar a ligação antes da meia noite para se falar às 9 ou 10 horas do dia seguinte. Hoje, disca-se não só com São Paulo, mas com o mundo todo.

Nós apoiamos os atos do Governo Revolucionário, que pediam ao Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas a concessão de recursos para dotar este País de rodovias. Hoje, se condenam as rodovias e se faz a apologia das ferrovias. Mas na época do petróleo farto, fácil e barato dizia-se que governar era abrir estradas e o Governo Revolucionário abriu estradas por todo este País.

E nesses 16 anos, meu caro Deputado, tantos e tantos Deputados da ARENA também foram atingidos pelos atos de exceção que nós sempre condenamos. Tantas e tantas vezes, Vossa Excelência nem participava deste Parlamento, nem Vossa Excelência e poucos da bancada da Oposição participavam deste Parlamento, quando nós assumíamos a tribuna corajosamente e verberávamos e condenávamos os excessos do Governo Revolucionário. Estivemos a ponto de ter o nosso mandato cassado; apostava-se que nós não, amanhecíamos no dia seguinte como Deputado. Entretanto, nós atravessamos o período mais agudo do AI-5, sempre com independência.

Quando setores militares pretenderam intervir nesta Assembléia Legislativa, à época que eu era Presidente, não permiti a entrada de sequer um sargento no recinto deste Poder, mantendo a soberania deste Poder. Eu sofri na carne o que Vossa Excelência também sofreu. Eu enfrentei também os pelaguins da ditadura. Nós nunca apoiamos a ditadura, mas como fizemos uma opção em 65, por um dos dois partidos, nós tínhamos que ser fieis à nossa opção apoiando os atos que nos pareciam benfazejos à população brasileira e condenando aqueles que pareciam prejudiciais e que realmente eram prejudiciais à população brasileira.

Hoje, quando há uma abertura política neste País, não digo Vossa Excelência que sempre corajosamente se manteve numa postura decente, mas muitos dos companheiros que naquela oportunidade não se manifestaram, nós estávamos aqui mantendo viva a chama de uma tênue democracia, mas que



foi mantida graças a homens: que tiveram a coragem, como muitos do partido de Vossa Excelência de sustentar esta chama embora pálida, embora tênue, embora fraca.

Então hoje nós não aceitamos, nobre Deputado, embora o respeito que Vossa Excelência nos mereça. Não aceitamos a qualificação que Vossa Excelência faz da bancada do PDS. Há que haver respeito neste Parlamento, porque só quem respeita pode ser respeitado.

E eu falo alto e bom som porque muitas vezes eu me excedi nesta tribuna, mas sempre respondendo a agressões gratuitas e atrevidas dos Srs. Deputados que não sabem o que é passar 25 anos, 30 anos na vida pública, defendendo bem ou mal os interesses da coletividade. Hoje eu apelo a Vossa Excelência, apelo de todo o coração que Vossa Excelência respeite o posicionamento dos Srs. Deputados do PDS. Efetivamente os Srs. Deputados do PDS defendem o Governo João Baptista Figueiredo, defendem o Governador Ney Braga acima de tudo, acima até da Presidência da República. Mas, não deixamos de condenar quando alguns Ministros do Sr. João Baptista Figueiredo participam de um jogo contra os interesses nacionais.

Vossa Excelência sabe que nesta bancada existem homens independentes, que não aceitam certas posições dos nossos Ministros. Mas este é o valor da luta democrática. É dentro do Governo, porque somos Governo, que se procura acertar aquilo que está errado. Vossa Excelência, por favor, não generalize as críticas e os ataques.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Por favor.

O Sr. Erondy Silvério — Vou já concluir o aparte que Vossa Excelência generosamente me concedeu. Vossa Excelência, por favor, não generalize. Vossa Excelência atenha-se ao teor do requerimento que está discutindo, se é justo, se não é. Se a COPEL fraudou os cofres públicos ou não. Se as contas aprovadas pelo Tribunal de Contas, pela ELETROSUL, foram aprovadas devidamente ou não. Vossa Excelência traga provas que houve falcatrua, que houve desonestidade por parte do Governo da época. E Vossa Excelência terá o apoio da bancada do PDS. Traga provas, nobre Deputado! Não sofisme, por favor.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Temos provas, Sr. Deputado.

O Sr. Erondy Silvério — Traga as provas. Exiba neste plenário, eu encaminharei ao Sr. Governador.

Traga as provas, eu assumo compromisso público de encaminhar estas provas ao Governador do Estado. Traga estas provas!

(Conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Com a palavra o nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, não estou fugindo do requerimento que trouxe à Casa exatamente pelo seguinte: porque se na realidade tivéssemos neste País o exercício pleno da democracia, não haveria, de maneira nenhuma, no meu entendimento, no entendimento de meus companheiros, nenhum cerceamento para que realmente a população pudesse chegar ao conhecimento destas coisas que são indagações que estão sendo feitas em todo o Paraná.

A classe dominante no Brasil, sempre foi muito competente. Temos que reconhecer isto. A classe dominante sempre foi muito competente para continuar o seu privilégio, para continuar o seu domínio.

Por exemplo: nos Estados Unidos se verificou o seguinte: todo o povo, de uma maneira, teve o acesso à leitura porque aqueles protestantes que foram para lá, queriam fazer com que o analfabeto tivesse conhecimento da palavra de Deus. Então faziam ele aprender a ler e escrever lendo a Bíblia. E a propriedade, como surgia? O americano apanhava um carroção, caminhava para o Oeste e se tornava proprietário porque tomava posse de uma determinada área de terra.

Mas aqui no Brasil não. Aqui no Brasil só se pode ser

proprietário através da compra. Como este País foi loteado no passado e é loteado no presente, para exatamente somente aqueles que possuem dinheiro, então mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso à propriedade e não têm acesso à condição de deixar de ser analfabeto. Porque ao contrário, lá se tinha o interesse com que todos aprendessem a ler e escrever, aqui pelo contrário, o Governador do Estado do passado, o Prefeito do passado, tinham interesse de que todos fossem analfabetos, que tivessem viseiras diante dos olhos, porque aí a dominação seria total.

Na realidade, a dominação é total. Aqui, por exemplo, se levanta em relação à COPEL. Teria realmente esta companhia adquirido uma madeireira por um milhão e 200 mil cruzeiros e logo após vendido esta madeireira, esta mesma, por 400 mil cruzeiros a esta ADM, e passado a comprar a madeira desta ADM? É uma dúvida atroz.

Agora, acho e digo isto e vou tornar a repetir sempre: quem não deve não teme. Por que não se esclarecer esta dúvida?

Por exemplo, é verdade que as coisas que estão aqui são reais, ou são mentirosas?

Acredito que teremos muita oportunidade ainda para vir falar a respeito destes assuntos porque, neste Estado, a Excelentíssima Senhora COPEL, que é por muitos considerada virgem, no meu entendimento, me ocorre agora, pelo falecimento ontem ainda, de Jean Paul Sartre, que talvez seja "La Pute Respectueuse". "A Prostituta Respeitosa".

Essas dúvidas existem. E existe pior coisa do que a dúvida? Quais os argumentos que a ilustre bancada majoritária tem a oferecer à população do Paraná a respeito desse problema? Já declararam que irão rejeitar o requerimento de informação que nós fizemos. No passado fizemos um requerimento de informações aqui, que foi aprovado pela bancada, a respeito de certos cometimentos do Sr. Governador. Mas depois nós também sabíamos que a lei não obriga o Governador a responder. E foi encima disso que nós apresentamos um projeto de lei, obrigando o Sr. Governador do Estado, também a se submeter a essas exigências. Mas até hoje, este projeto de lei está dormindo como muitos neste País teimam em dormir em berço esplêndido, membros da classe dominante, que não vêem o verdadeiro vulcão que está em ebulição neste País, exatamente por falta de sensibilidade. Eu gostaria que fosse feita neste Estado uma pesquisa, uma simples pergunta, a todo cidadão, ao professor da Universidade perseguido, ao analfabeto que é um sub-homem, fruto da ditadura, que somente lhe perguntasse: — Você quer saber como estão aplicando seu dinheiro? Você quer que o Governador lhe preste esclarecimento? Você quer que os políticos tenham obrigação, o dever de se desnudar, perante você? Eu creio, tenho certeza, que todos responderiam que gostariam de saber das coisas. Agora muitas vezes, maiorias negam. Maiorias parlamentares. Porque me permitem dizer o seguinte: no meu entendimento, nós oposicionistas somos maioria. Pelo emprego do poder econômico, pelo cerceamento que nós sofremos, nós políticos de oposição; não podemos falar ao povo. Então, muitas vezes nascem, brotam desses pleitos eleitorais fraudados, maiorias que no meu entendimento não representam a maioria da população. Esse é o entendimento que eu tenho, das coisas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lembra ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente eu gostaria de contar com a compreensão de Vossa Excelência porque o aparte que me foi concedido...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta, mas a Mesa está subordinada ao Regimento Interno da Casa, e lhe concede mais um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente. Não só a COPEL deveria ser esquadrinhada centímetro a centímetro, pelos olhos do povo, mas TELEPAR, SANEPAR. São bilhões de cruzeiros que saem, através de licitações, de concorrências, as dúvidas permanecem todas elas aí.

Lamento que o Parlamento burguês não possa oferecer as condições para um debate amplo. Sinto-me constrangido, por exemplo, de somente agora, no final deste pronunciamento, conceder aparte ao meu fraterno ex-Líder, companheiro, Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Obrigado, nobre Deputado.

Queria dizer a Vossa Excelência que embora o Governador do Estado não tenha respondido o pedido de informações que passou nesta Assembléia, de autoria de Vossa Excelência, para saber custos com publicidade, embora a lei não obrigue, há uma lei superior aos homens públicos que é a lei moral. E essa foi flagrantemente desrespeitada.

E o que é mais lamentável: a República e a Federação, exigem que os poderes sejam harmônicos entre si, no Paraná não tem sido assim. Porque, neste episódio, este Poder foi desconsiderado totalmente, nobre Deputado, não a bancada da Oposição que propôs o requerimento, mas a bancada majoritária que aprovou o requerimento e que se transformou, então, em mensagem deste Poder.

E até hoje, decorridos mais de oito meses, não foi respondido pelo Sr. Governador do Estado. Nós estamos acostumados, mas desconsideração maior cometeu o Sr. Governador do Estado à sua própria bancada, nesta Assembléia, porque nem a ela deu satisfação.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Nilso Sguarezi.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que para o Paraná a COPEL está sob suspeição. Não está sob a suspeição deste Deputado, está sob suspeição do Estado do Paraná.

Voltaremos, creio eu, com toda a certeza, a este assunto, em outra oportunidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço a palavra para discutir.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, o requerimento do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi imputa uma denúncia à COPEL.

Ouvimos do Deputado Erondy Silvério, ilustre Líder do PDS, que o Deputado Waldyr Pugliesi haveria de trazer a prova ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa que a Questão de Ordem do nobre Deputado não é regimental.

Com a palavra o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos assistido ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa por deferência, vai conceder a palavra ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, só para, nos termos regimentais, solicitar a Vossa Excelência minha inscrição para falar no encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está anotada a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Temos assistido a uma série de posicionamentos que, no meu modo de ver, radicalizam posições que seriam de outra forma, num regime eminentemente democrático, a elevação do Parlamento e ensejariam os debates dos mais altos níveis culturais, científicos e parlamentares.

Mas, o que temos assistido, Sr. Presidente, no curso de longos anos que fazemos parte deste Poder, é que o Governo, pelos seus Representantes nesta Casa, insistentemente, repele qualquer pedido de informações, pelo menos, de primeira hora, e na verdade ...

O Sr. Erondy Silvério — Um aparte, Deputado?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concederei oportunamente.

O Sr. Erondy Silvério — Não, eu gostaria que fosse nesse instante, porque não passa de um segundo. Vossa Excelência teve ontem nesta Casa, um pedido de informações aprovado, porque Vossa Excelência, na justificativa, usou de linguagem parlamentar adequada aos debates parlamentares. Só isso que a bancada do PDS quer. Respeito pelas tradições parlamentares desta Casa. Vossa Excelência está incorrendo em erro, em falsidade, porque ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permitiu o aparte. Ontem o requerimento de Vossa Excelência ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos).

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, estou com a palavra.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço ao Sr. Presidente, que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — De acordo com o Regimento Interno, a Presidência devolve a palavra ao nobre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Fiz a ressalva, Sr. Presidente, numa deferência especial, que ao menos na primeira hora, o partido do Governo aqui representado sempre repele. Depois, no cansaço das exaustivas sessões legislativas, e se não há nenhuma inconveniência de natureza política ou administrativa, são concedidas, como foi o caso do requerimento formulado por este Deputado e ontem aprovado por esta Assembléia.

Mas prossigo, Sr. Presidente na objetividade da minha vinda a esta tribuna. Falava o Líder do Governo que nesses 16 anos, no meu entender - levandade e irresponsabilidade administrativa do Governo central, nos teríamos livrado dos problemas relativos aos "trustes" internacionais e citava ele o problema do frete, o problema da energia elétrica, e nós o que assistimos hoje, Sr. Presidente, é uma Light sendo vendida nas caladas do termo contratual, a um valor superior a um bilhão e trezentos milhões de dólares.

Vemos ainda os virtuais contratos de risco, colocando em risco a própria soberania nacional, permitindo a perfuração de postos por empresas multinacionais e determinados sobretudo por orientação das sete irmãs.

Falam das rodovias que o País hoje ostenta, mas se esquecem, e não vamos ficar apenas em 1.974, do dia 01 de abril da madrugada de 01 de abril de 1.974. A mazela, o desvirtuamento, a alienação do patrimônio nacional vem de antes, de muito antes. A implantação das indústrias de automóveis no País, Sr. Presidente, começou a descerrar a soberania dos negócios públicos internos do nosso País e de que forma, Sr. Presidente?

Da forma mais hedionda possível, Sr. Presidente, implantando no País, para justificar o desemprego nas áreas urbanas, implantando as grandes companhias internacionais fabricantes de automóveis. Daí vieram então, as rodovias, as empresas ...

O Sr. Erondy Silvério — Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para a questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Artigo 24.º, inciso VII do Regimento Interno: “... interromper o orador que se desviar da questão”.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — a Mesa faz um apelo ao nobre Deputado que se encontra na tribuna que se atenha a debater o objeto da discussão do presente requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, prossigo colocando que o Líder do Governo talvez, tângido pela emocionalidade, Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa faz um apelo ao Deputado que se encontra na tribuna que se atenha à matéria relacionada ao requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Estou respondendo o aparte, Sr. Presidente.

Já que se falou, do problema de “trustes”, de frete, de energia elétrica, de telecomunicações, de comunicações. Então, estou respondente, é um direito que me assiste.

O Sr. Erondy Silvério — Invoco disposição regimental, artigo vigésimo quarto, inciso sétimo do Regimento Interno. Quando falei, o nobre Deputado estava talvez distraído com outras questões. Infringi o Regimento mas não protestou na hora. Estou protestando, porque ele está infringindo o Regimento Interno da Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Estou embasando o encaminhamento de votação, nos fatos administrativos, políticos e até jurídicos. Se a Assembléia desejar repelir depois na votação do requerimento, é uma questão que pertence ao foro íntimo, ao foro coletivo do partido do Governo, é outra questão.

Mas, quero dizer ao eminente Deputado Líder do Governo nesta Casa, que este esquema econômico montado no País, como de sorte montado em toda a América Latina, é obra do grande capitalismo internacional, em que, o Governo brasileiro teima em ser o protetor.

Prossigo, Sr. Presidente, que recentemente a exemplo dos problemas que estão sendo trazidos ...

O Sr. Erondy Silvério — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Vossa Excelência tem sido tão cioso na observância e no cumprimento do Regimento Interno da Casa. Estou pedindo para uma questão de ordem invocando o artigo 24 do Regimento Interno, inciso sétimo. O orador que se encontra na tribuna desviou completamente o assunto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, prossigo, fazendo um apelo para Vossa Excelência me conceder o tempo que está sendo subtraído indebitamente, deste Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado que se atenha ao assunto do requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, estou encaminhando um requerimento. Nunca existiu neste Parlamento, Sr. Presidente, nunca existiu neste Parlamento e os Anais desta Casa estão aí a comprovar que as Lideranças anteriores do Governo sempre quando havia conveniência de natureza política, se desviava do assunto e essa matéria não é matéria de projeto. Esta é a exigência do Regimento Interno, no encaminhamento de votação e eu posso ficar, na parte do preâmbulo ou nas considerações tanto quanto o tempo regimental me permitir. E prossigo, Sr. Presidente, eu falava ...

O Sr. Lineu Turra — Apenas queria o aparte de Vossa Excelência para complementar uma questão de ordem que eu fui interrompido.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Já concedo. Mas, quero fazer à Mesa a lembrança que, esse expediente usado pelo Líder do Governo, é um expediente para tumultuar, desvirtuar, bloquear e impedir a objetividade do assunto que nós estamos tratando. É ele exatamente que está procurando quebrar o segmento coordenado do raciocínio deste Parlamentar que está na tribuna. Concedo o aparte ao Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra — Exatamente Deputado Tolentino. Era isso também a colocação que queria fazer e Vossa Excelência faz com correção.

Agora queria dizer a Vossa Excelência. Havia pedido questão de ordem, para propor que esse requerimento fosse transformado em diligência, tendo em vista, o problema levantado pela Liderança do PDS, de que invertendo ônus da prova, de que a prova caberia ao Deputado Waldyr Pugliesi sobre a imputação dos fatos. Quanto o ônus da prova é o inverso, compete ao Poder Público ... (tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa faz um apelo aos nobres Srs. Deputados. Esta Presidência tem responsabilidade na direção dos trabalhos deste Plenário, responsabilidade esta que foi dada pelos Srs. Deputados, quando da eleição da nossa pessoa para dirigir os trabalhos desta Casa. Faço um apelo veemente aos Srs. Deputados para que se contenham dentro do Regimento Interno. Porque esta Presidência acredita nos bons propósitos dos Srs. Deputados, no ideal dos Srs. Deputados. Razão pela qual faz um apelo aos Srs. Deputados para que se contenham dentro do Regimento Interno.

Esta Presidência devolve a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino que se encontra na tribuna.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concedo o prosseguimento do aparte ao Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra — Estava, na questão de ordem Deputado Tolentino, era a sugestão, a proposição que iria fazer e infelizmente fui tolhido. Agora estou apenas num aparte. Já é intempestiva a minha proposição, porque a minha proposição agora já perdeu a oportunidade porque Vossa Excelência está discutindo o requerimento. Então, apenas queria dizer que o que existe é um sofisma, um sofisma daqueles que defendem o Governo, propriamente não vou dizer o Deputado Erondy Silvério ou qualquer outro Deputado, mas é uma colocação que é feita para defender a corrupção, ou pelo menos colocar sob suspeito os atos do Governo.

Porque quem tem o ônus da prova é o Governo, é ele que maneja o dinheiro público. E portanto, é ele que tem que provar ao contrário daquilo que é imputado. Eles estão confundindo a prova da imputação com relação a pessoa física que não tem a ingerência de dinheiros públicos ou de bens públicos com aquele que tem a responsabilidade da guarda do que é do povo.

Era esta a colocação que queria fazer.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Estou vendo aqui, uma inversão total do princípio jurídico da prova, proposto pelo eminente Deputado Lineu Turra, Sua Excelência que é um bacharel. Há um princípio jurídico respeitado desde os tempos mais antigos, de conhecimento de todos os Direitos, de todos os povos, de que realmente o ônus da prova cabe a quem acusa.

Sua Excelência hoje, num malabarismo mental tenta aqui, confundir as coisas. Mas tenho certeza de que Vossa Excelência, como advogado que também o é, não vai aceitar esse tipo de colocação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Prossigo, Sr. Presidente.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tolentino, muito obrigado. Com respeito

ao problema do ônus da prova. Realmente o Deputado Lineu Turra tocou no assunto. Ninguém está acusando ninguém. Sofisma é levantar um argumento para que se passe em cima desse argumento, a tecer e tirar ilações. A liderança do Governo sofismou em dizer de que se está acusando alguém. O requerimento é de informações, o requerimento busca encontrar provas para então a "posteriori", se existirem essas provas acusar-se alguém.

O requerimento não acusa ninguém. A Liderança do Governo agilmente, sagazmente, sofismando tirou a discussão para que nós somos obrigados a apresentar provas, quando na realidade o requerimento busca encontrar provas. Então, através desse sofisma se dá uma guinada de cento e oitenta graus e busca-se fazer com que o requerimento tem que trazer as provas.

Se nós tivéssemos as provas nós íamos à Justiça. O que se busca é ver se existem essas provas. Então, sobre o eminente Deputado, razão assiste ao Deputado Lineu Turra quando diz de que o ônus da prova cabe ao Governo. Em política a moral é muito mais importante do que a Lei. É o que me referi ainda há pouco: de que há uma sanção moral em cima do Governador do Estado, por não responder um pedido de informação de que sua própria bancada aprovou aqui e que ele "não deu bola" até agora.

É a sanção moral.

Sr. Deputado, há dois meses, na França, um Ministro acusado de corrupção se suicidou. Na Itália, no Japão, o Primeiro Ministro renunciou pela simples insinuação. Ora, Sr. Deputado, é de se perguntar aqui se nós, que não temos direito de entrar nas repartições do Governo, temos que nos quedar perante isso, de só podermos acusar com a prova na mão. Quando? Onde se encontrar a prova?

Vale aqui a afirmação de que, nos Estados Unidos, para se punir um corrupto e um gangster, como foi Al Capone, toda a polícia, todo o FBI, só o conseguiu punir através do imposto de renda, por meios transversos. Exigir-se prova, que é o que sofismadamente vem repetindo nesta Casa, é impossível. É mandar todos os Deputados da Oposição e simplesmente frear o exercício do mandato. O exercício do mandato do Deputado da Oposição, é saber; e o poder público tem a obrigação, se não legal, a obrigação moral de responder.

Muito obrigado.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Peço, Sr. Presidente, que me assegure a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — Com a palavra, na tribuna, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência me concede um aparte?

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Se conceder, o farei ao final de meu pronunciamento.

A coisa pública pertence a todos e a todos é lícita; sobretudo àqueles a quem a população delegou poderes para exigir, para indagar, para questionar, a respeito do comportamento dos administradores públicos.

Esta a razão fundamental pela qual foi endereçado este requerimento a este Parlamento. Naturalmente, o partido do Governo pela sua maioria existente hoje, faticamente, tem direito de repelir. Agora, o exercício do mandato pleno, absoluto, não pode ser cerceado. É direito da Oposição questionar as coisas que pertencem a todos os cidadãos deste Estado e deste País; e mesmo que não sejam deste País, mas que se encontram aqui, colaborando no progresso econômico, político e social.

O requerimento tem fundamento específico de questionar os problemas relacionados e vasados nos seus termos.

E não há porque, Sr. Presidente, fazer tanto engodo ... (Apartes constantes do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Ininteligíveis).

**O Sr. Darcy Deitos** — Requeiro a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que assegure a palavra do orador que se encontra na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — Com a palavra, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Respondendo ainda ...

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Respondendo ainda as indagações e as colocações feitas pelo eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, na resposta que veio ...

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — (Faz soar os tímpanos).

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — ...agora, o Deputado Nilso Sguarezi, tenho a dizer o seguinte: que ...

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa faz um apelo aos nobres Deputados. Na forma do Regimento Interno desta Casa, está na tribuna, com a palavra, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

A Mesa devolve a palavra ao nobre Deputado.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Sr. Presidente, a busca das dúvidas existentes em todos os atos da administração pública, não se constituem apenas de legitimidade.

Ela, principalmente, parte de uma posição muito anterior. Não é só a posição moral, trata-se de um dever cívico, e um dever do Parlamento de exercitar essas indagações, de buscar as provas. E compete, principalmente aos detentores dos postos chaves da administração, a obrigação primeira de fornecer as informações para que o povo, que é detentor de toda legitimidade de mandato, fazer apreciação adequada, se de nível moral, se de nível político, se de nível jurídico, através das representações legítimas que coloca nos Parlamentos. E o que nós temos assistido, Sr. Presidente é bom que se diga: A verdade é que os Senadores biônicos foram introduzidos no País, para que o Parlamento não possa discutir as altas indagações de natureza interna, dos interesses mais absolutos da população brasileira.

E aqui também, a nível menor, têm-se observado as obstruções senão por evacuação dos Parlamentares situacionistas, pela sua maioria esmagadora, repelindo os requerimentos.

Pertence, Sr. Presidente, não mais de foro íntimo. Mas a uma indagação pública e hoje já é de domínio público, as questões levantadas através desse requerimento. Através dos atritos aqui existentes nesta Casa.

E cabe sim, Sr. Presidente, solicitar e agora faço de uma forma menos veemente, democraticamente, que a bancada do Governo, se está tão certa de que não há nenhum problema dessa natureza, forneça então os documentos necessários, para que as bancadas oposicionistas, possam manusear, manipular, examinar e estudar a todos dos documentos que fazem referências.

Não só o requerimento, mas todos aqueles que pertencem a esta companhia de economia mixta.

Sr. Presidente, não é só esta questão relacionada com o problema da energia elétrica, ou do comportamento administrativo, ou da forma de administrar esta Companhia de Energia Elétrica. Temos debatido neste Poder, as várias e múltiplas modalidades e artimanhas que os laboratórios oficiais engendram para buscar um determinado objetivo. Primeiro, manter-se no poder. Segundo, manter o regime vigente disfarçado de democracia, o que na verdade precisa, Sr. Pre-

sidente, é que requerimentos desta natureza sejam realmente debatidos e outros mais, como aconteceu aqui na legislação passada, com relação à compra da Companhia Paraná de Seguros.

Sr. Presidente, este requerimento que deu tanta possibilidade de discussões, de divagações, na verdade nos parece que ele foi um alfinete na ferida de alguém que está com lepra. Isto nos parece que está ferindo suscetibilidades. E por esta razão interessa mais à oposição saber porque esta colcha de retalhos de argumentos, de confrontos, porque se assim não fosse, Sr. Presidente, nenhuma ilação haveria mais na aprovação desse requerimento.

Tenho dito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com o advento do golpe militar de 64 para cá, foi o Poder Legislativo deste País, perdendo paulatinamente os seus poderes, que figuravam na Carta Constitucional de 1.946.

E o Poder centralista, não se fixou apenas em limitar poderes, ao Poder Legislativo, foi mais além, invadiu a área do Judiciário. Então, com o correr do tempo, pouca coisa foi restando, em termos de atuação parlamentar a um Senador, a um Deputado Federal, a um Deputado Estadual, a um Vereador.

Das poucas coisas que restaram é exatamente, aquilo que a atual constituição imposta pela Junta Militar neste País, ainda concebe ao Parlamentar, é que ele use o expediente do pedido de informações, para exercer a fiscalização que é seu dever, junto aos poderes públicos e portanto, junto àqueles que manipulam com o dinheiro do povo.

É sabido hoje, Srs. Deputados, que as sociedades de economia mista, manipulam aproximadamente setenta e oito por cento dos recursos financeiros do Estado. E foi dentro de uma linha de pensamento e de conduta baseado nesta realidade, que tive a oportunidade de logo que assumi o meu primeiro mandato nesta Casa, apresentar um projeto de lei que obrigasse as sociedades de economia mista a prestar contas à Assembléia através do Tribunal de Contas. E diga-se de passagem, projeto que criou grande celeuma nesta Casa, que propiciou inclusive a vinda do então Presidente do Tribunal de Contas do Estado a esta Assembléia, e ficava naquela época então, em situação difícil o Governo de então, de negar sanção a um projeto desta ordem.

Aconteceu então, que este projeto foi deturpado, nas comissões e através de um substitutivo que ficou longe do que se pretendia, ao projeto original.

Sou da opinião também, de que é preferível uma estatal a uma multinacional. Mas não quero dizer com isso, por preferir uma estatal a uma multinacional, que esta estatal fique livre, isenta, das prestações de contas que deve por obrigação legal e constitucional a este Poder.

Passaram-se anos, e aqui mesmo neste plenário, Srs. Deputados, para aclarar a memória de muitos, quando em certa ocasião, o então Deputado Estadual Osvaldo Macedo, apresentava a esta Casa, um pedido de convocação do Sr. Secretário do Interior, para que aqui viesse, esclarecer sobre os murmúrios e sobre as notícias extra-oficiais que a Oposição recebera na época, sobre a vergonhosa barganha TELEBRÁS-TELEPAR.

Esse pedido de informações, Sr. Presidente, fora na época negado para que a opinião pública, através de debate, neste Parlamento, tomasse conhecimento das falcaturas que se realizavam na época.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TRAJANO BASTOS — Mais adiante, ilustre Deputado.

Aconteceu que, alguns dias mais tarde, o Estado, o povo do Paraná, recebia a notícia pronta, empacotada, de que a TELEBRÁS havia encampado uma empresa de economia mista paranaense.

Talvez se o Senhor Secretário aqui tivesse comparecido, se a bancada situacionista da época, tivesse permitido a convocação de Sua Excelência e pudéssemos levantar, a nível de debate estadual, a defesa de um patrimônio do Estado, talvez não tivesse se concretizado a entrega pura e simples de um patrimônio eminentemente paranaense.

As coisas assim se vão. Porque parece, nobres Deputados, e me permitam esta observação, quando se pretende, desta tribuna, se pedir a convocação de um Sr. Secretário de Estado para que aqui venha prestar esclarecimentos à opinião pública do Paraná, ou então se encaminhe um pedido de informações, em torno disso se criou um tabu. Como se um Secretário ao obedecer a convocação de um Deputado, ou do Parlamento de seu Estado ficasse diminuído na sua autoridade. Como se o simples envio de um pedido de informações pudesse comprometer a honorabilidade, ou a honradez de um Governo, de um Secretário.

Mas, quero nesta oportunidade, louvar-me em afirmações do ilustre Líder do PDS, nesta Casa, quando dias atrás afirmava que: "Governo que não pode responder por seus atos não pode ser considerado como tal."

Então pergunto: Em que poderia sentir-se ferida a COPEL pelo simples fato de um Deputado da Oposição pretender ter informações para que se dirimam dúvidas?

Ao assim proceder a bancada majoritária nesta Casa, e não vai aqui, Srs. Deputados, nenhuma intenção ou nenhum posicionamento de censor, a preocupação da bancada majoritária ao negar, procrastinar e obstruir a votação do pedido de informações, ao invés de prestar serviços ao seu Governo, ela presta um desserviço ao Estado, ao Governo, porque impede que a opinião pública estadual seja conhecedora do que ocorre com a manipulação, ou emprego dos dinheiros públicos.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TRAJANO BASTOS — Logo adiante, Sr. Deputado, devo aparte ao ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira também.

E nestas condições então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vemos porque abrimos mão do pouco que ainda nos resta, em termos de fiscalização dos dinheiros públicos deste Estado. Do respeito, e quero lembrar a Vossas Excelências, que fui autor também de uma emenda constitucional que criava a obrigatoriedade do referendun da Assembléia, tais presidentes das sociedades de economia mista, a exemplo do que ocorre no Parlamento gaúcho, emenda essa que foi também rejeitada, pela maioria e a intenção quando apresentamos esta emenda, não era levantar dúvidas sobre a honorabilidade, a honradez, a acertiva da indicação do Governador, para dirigir uma sociedade de economia mista. Queríamos isto sim, valorizar este Parlamento, e valorizando repartir as responsabilidades da indicação, mas a coisa toma outros rumos e outros caminhos, e antes de conceder o aparte ao ilustre Deputado, quero deixar aqui bem claro não só a este Parlamento, mas ao povo do Paraná, no exato momento, nesta fase em que o Presidente da Câmara dos Deputados deste País, apresenta uma emenda para que se devolvam as prerrogativas ao Congresso, para que este Poder possa ser exercido em toda a sua plenitude, sem sanções, sem censura e sem amedrontamentos.

Então é exatamente nesta época da chamada abertura, nesta época em que políticos conscientes reclamam para o Legislativo aquilo que lhes pertence e que lhes foi roubado. No Parlamento do Paraná se tem negado sistematicamente a convocação de secretários com os pedidos de informações

que são dirigidos às várias Secretarias.

Quero conceder com muito prazer o aparte ao Deputado Luiz Alberto.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Muito grato eminente Deputado Trajano Bastos e agradeço o aparte, porque me dá oportunidade exatamente para tocar num ponto deste requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi, que, na verdade, viola o espírito e a letra das normas legais que disciplinam o próprio exercício da fiscalização financeira, estatuído na Lei Estadual 6.765, de 26-12-75, em consonância com a própria Legislação Federal que rege a matéria.

Por que isto, Deputado? Porque este Poder, que tem como órgão auxiliar o Tribunal de Contas, delegou ao Tribunal de Contas o poder de fiscalizar as empresas e os órgãos paraestatais e Vossa Excelência sabe muito bem disso.

Se nós não aceitarmos o que diz o Tribunal de Contas, não como sofisma, o eminente Deputado Waldyr Pugliesi, na justificativa do seu requerimento, nós estamos na verdade, violando o espírito da lei que esta Casa aprovou e o Tribunal de Contas, Deputado, e foi falado aqui em provas, e pena que o eminente Deputado Waldyr Pugliesi, por compromissos de reorganização do seu partido, não estava presente, nem Vossa Excelência, por compromissos políticos na região que representa, não estivessem presentes nesta Casa, quando eu, detalhadamente, sem negar aparte a quaisquer Deputados da Oposição, até oferecendo, como ofereci ao eminente Deputado Darcy Deitos, a possibilidade de me contradizer. Que eu estava disposto a analisar qualquer item do requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi. Pena que Vossas Excelências não estivessem presentes, para que pudessem ter ouvido naquela ocasião e aí estão as notas taquigráficas a confirmar que a bancada do PDS não está se negando a dar uma informação. O que a bancada do PDS não pode aceitar, é que se lhe queira impingir um requerimento com termos desairosos, a respeito de uma firma particular que exerce suas atividades nos mais variados Estados da Federação, de uma firma particular que não tenho procuração para defender.

De uma firma particular que é dirigida por um homem que foi candidato a Prefeito pelo MDB na Cidade de Itapejara do Oeste. De uma firma particular que faz serviços no Rio de Janeiro, no DER, Itaipu e na Prefeitura de Guarapuava. E eu, Deputado, que conheço honrabilidade de homens como o Prefeito de Guarapuava, sei que a Prefeitura de Guarapuava por exemplo, antes de conceder e de assinar um volumoso contrato com essa empreiteira de mais de cem milhões para asfaltar a Cidade de Guarapuava, num Projeto Cura, financiamento do Governo Federal para Guarapuava, ela deve ter procedido de acordo com a lei. Decreto 201 que regula a concorrência pública neste País, obra da revolução. Porque antes da revolução não existia uma lei que estabelecesse critérios para concorrência pública.

A lei de concorrência pública estabelece: Que o órgão contratante deve analisar a moralidade, a capacidade financeira, a capacidade técnica da firma empreiteira.

E Guarapuava, tenho certeza que fez isso. Mas, por que nobre Deputado? Que se em Guarapuava a firma era honesta para trabalhar, ela não é honesta para trabalhar na COPEL? Mas por que eminente Deputado, tentar se impingir um vínculo de desonestidade como está evidente no requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi, entre o ex-Presidente da COPEL e a firma empreiteira? Ex-Presidente da COPEL que pessoalmente nada lhe devo, como nada devo a esta firma que inclusive o seu titular é meu adversário político. Mas que o Paraná deve ao Dr. Arturo Andreoli muito pelo que fez em continuidade ao trabalho honrado do professor, do sempre pranteado professor Parigot de Souza na COPEL.

COPEL que os Srs. Deputados sabem. Antes de 1960, e quem não se lembra neste Paraná, Sr. Deputado, que nós

vivíamos às escuras antes do primeiro Governo de Ney Braga. Que o Porto de Paranaguá não tinha luz, que Curitiba não tinha luz. Mas o trabalho da COPEL não pode ser desmerecido. Porque uma empresa ...

**O SR. TRAJANO BASTOS** — O aparte de Vossa Excelência me honra, mas está me tirando o tempo que tenho para concluir. Vossa Excelência está inscrito para o encaminhamento de votação. Então, pediria a Vossa Excelência ...

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Concluo eminente Deputado.

É preciso ter respeito à credibilidade deste Poder. Mas é preciso também, respeitar a credibilidade de uma empresa como a COPEL, que é uma empresa paranaense. Que faz obras para o Paraná e que gera aqui a segunda maior fonte de riqueza do Paraná que é exatamente, o seu potencial energético.

Mas se assim não procedermos se nesta Casa nós não berrarmos, como uma ocasião disse o eminente Deputado Deni Schwartz, em favor da COPEL, talvez a COPEL fuja às mãos dos paranaenses, imitando o exemplo citado por Vossa Excelência da TELEPAR.

**O SR. TRAJANO BASTOS** — Ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira. Lamento discordar de como Vossa Excelência coloca o problema.

Primeiro, porque não vejo no requerimento do ilustre Deputado Waldyr Pugliesi, nada que possa dizer da desonra ou da desonestidade da empresa, como também não serve o exemplo, Vossa Excelência talvez tenha durante o aparte que Vossa Excelência me oferece pretender me colocar numa posição incômoda porque esta firma citada no requerimento prestou serviços em Guarapuava.

Devo dizer a Vossa Excelência que se ela fez obras em Guarapuava ou deixou de fazer, não tem nada a ver com o requerimento pedido, solicitado pelo Deputado Waldyr Pugliesi. E em meu pronunciamento desafio a Vossa Excelência que me diga em que ponto coloquei em dúvida a honrabilidade, a honradez desta empresa.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — No seu não. Mas no requerimento em tela, sim.

**O SR. TRAJANO BASTOS** — Então, prosseguindo, Sr. Deputado. Quer dizer, tudo o que Vossa Excelência disse na defesa do ponto de vista de Vossa Excelência por em respeito. Nada tem a ver com a nossa pretensão. Não está se acusando ninguém. Nós estamos, inclusive tentando ajudar para que dúvidas se esclareçam. Porque, Sr. Presidente, como disse o Deputado Waldyr Pugliesi, a permanecer as dúvidas aqui levantadas, está sob suspeição a empresa COPEL. E iria mais além. Até que estas dúvidas sejam esclarecidas está sob suspeição o Governo do Paraná.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento do orador).

Muito obrigado, e como Vossa Excelência já está no finzinho, então gostaria que Vossa Excelência me concedesse esse aparte e serei breve. Embora tenha passado a oportunidade, porque quando pedi o aparte, Vossa Excelência discorria sobre um tema diverso do que está discorrendo agora, e que era o objetivo do meu aparte.

Entretanto, Vossa Excelência afirma agora que está em dúvida a COPEL e que enquanto a COPEL não der satisfações a este Poder estará...

**O SR. TRAJANO BASTOS** — Não, em dúvida não falei, falei sob suspeição.

**O Sr. Erondy Silvério** — Sob suspeição, me desculpo a Vossa Excelência e olha, peço desculpas a Vossa Excelência com muito prazer, porque considero Vossa Excelência como um dos mais lúcidos Parlamentares do Paraná.

**O SR. TRAJANO BASTOS** — É bondade de Vossa Excelência.

**O Sr. Erondy Silvério** — Tenho até saudade do tempo em que Vossa Excelência era Líder do MDB nesta Casa, pela



compreensão dos problemas debatidos aqui, pela elegância no trato com os seus companheiros de Oposição, porque o Governo não deixa de ser oposição para Vossa Excelência. Com o cumprimento do empenho da palavra que Vossa Excelência sempre deu a bancada majoritária. Vossa Excelência é realmente um Parlamentar que honra o Poder Legislativo do Estado do Paraná. Mas agora Vossa Excelência me perdoe, está incorrendo numa heresia quando diz que está sob suspeição a **Copel** e por conseguinte o Governo do Estado.

Vossa Excelência como membro do Poder Legislativo do Estado do Paraná, Vossa Excelência pode requerer a Mesa independente de apreciação do Plenário, que o Tribunal de Contas do Estado encaminhe a Vossa Excelência as contas da **Copel** referentes ao exercício mencionado no requerimento do nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

Agora o que nós devemos afastar para sempre nesta Casa, é debate sobre uma companhia empreiteira. Não é a função do Poder Legislativo de atacar e defender a empreiteira. Isso não é problema nosso.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu não estou falando em empreiteira.

O Sr. Erondy Silvério — Isso não é problema nosso. E nós estamos dirigindo o debate lamentavelmente nessa direção, o que é um equívoco por parte do Poder Legislativo. Existe um decreto federal regulamentando as concessões de concorrências públicas. Esse decreto altamente moralizador, e tem razão nesse particular o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, foi uma das conquistas da revolução, porque Vossa Excelência sabe como se procediam as concorrências públicas anteriormente. Hoje não, hoje existe um decreto-lei regulamentando definitivamente, insofismavelmente, as concorrências públicas.

Esta companhia ganhou uma concorrência pública. Se houve o sobrepreço, se houve o reajuste, além do que permite a lei, responsabilidade exclusiva do Tribunal de Contas que exarou um parecer favorável à prestação destas contas, determinou o arquivamento das mesmas e forneceu ao então Presidente da **Copel**, Engenheiro Andreoli, um atestado de bom moço, de moço honesto. Não nos compete mais revolver as cinzas do passado, estão lá as contas para serem analisadas. Se a companhia enriqueceu ou deixou de enriquecer, não é problema do Poder Legislativo. O nosso problema é analisar o fato à luz da lei, à luz da moralidade pública.

Isto Vossa Excelência poderá, se compulsar as contas da **Copel**, durante aquele exercício, aprovadas e arquivadas pelo Tribunal de Contas, avaliar devidamente.

Agradeço a Vossa Excelência. Não quero me tornar exaustivamente longo, porque Vossa Excelência é um Parlamentar que honra esta Casa e que nós ouvimos com prazer a discussão do requerimento que Vossa Excelência faz nesta tarde.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço a Vossa Excelência o aparte, mas cria-se uma confusão. Estamos discutindo e pedindo informações à **Copel**, ilustre Sr. Líder do Governo nesta Casa, que manipula com uma quantia vultuosa de dinheiros públicos. Ela tem a obrigação de prestar contas, não só a obrigação constitucional e legal de enviar as suas contas para exame no Tribunal de Contas do Estado, como também não pode se furtar de atender um pedido de informações do Poder Legislativo. Porque quando um Deputado faz aqui um pedido de informações e é aprovado por este Plenário, não é a vontade pessoal de um Deputado que está sendo satisfeita.

Estão sujeitos às penas da Lei os Secretários que deixarem de responder os pedidos de informação. Então, não tenho nada que ver com a ADM, tenho que ver sim com a **Copel**, que é uma empresa mista deste Estado, que foi cons-

tituída com o dinheiro do povo paranaense e que gera recursos deste mesmo povo.

Por que? Por que se pretende negar ou então se criar sofismas em cima de um assunto tão claro? De um direito tão legítimo do Deputado? Que é o de procurar saber como o Estado está aplicando seu dinheiro?

Não há porque criar confusões e procurar fugir do assunto. Ninguém está colocando em dúvida a honorabilidade de uma firma, o que queremos saber é da **Copel**, que é uma empresa mista deste Estado, que preste depoimentos sobre, ou informações sobre as dúvidas levantadas por um ilustre Deputado desta Casa. É tão somente o que pretendemos, ilustre Líder Erondy Silvério. E creio que a bancada liderada por Vossa Excelência votará favoravelmente a este pedido de informações, porque se aprovado por esta Casa, naturalmente a **Copel** terá dados substanciais de alto valor legal e moral que possam desfazer as dúvidas levantadas neste requerimento. E com isto, levantaria a suspeição que se não aprovado este requerimento permanecerá a Empresa **Copel** e também o Governador e o governo do Estado e, principalmente a pessoa do Sr. Governador, sobre cuja responsabilidade recai a indicação dos membros dirigentes daquela companhia.

Muito obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em discussão o Requerimento. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta tarde o Deputado Pugliesi começou a fazer a defesa das suas idéias citando um poeta que falava sobre a liberdade e que falava sobre o destemor. Poderia também citar um Santo, para dizer que o Deputado Pugliesi tem razão de defender aqueles ideais que citava. Porque, como dizia, Santo Agostinho, "Às vezes é preferível a vida, às razões porque se vive, ou vice-versa."

Prefiro começar citando um filósofo, Voltaire, que afirmava: — "Não concordo com uma só palavra que dizeis, mas defendo até a morte o direito de dizê-las."

Mas se isto não bastasse, poderia aqui desta tribuna também, citar as frases por exemplo, do autor do "Arquipélago de Gulap, Soljenistn, o homem que foi torturado também na ditadura bolchevista.

Mas poderia, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, citar por exemplo, nesta Casa, quando se falou aqui, em ditadura ontem, e os Senhores estão lembrados. E o Parlamentar que afirmava que nós estamos em ditadura, afirmava logo em seguida, numa contradição flagrante, de que ele estava no interior do Estado, organizando o partido oposicionista.

Que ditadura é esta, Srs., talvez uma ditadura diferente da ditadura que faz com que poetas sejam massacrados, como a ditadura cubana? Que tem hoje mais de 10 mil exilados políticos nas embaixadas.

Poderia também falar em ditadura. Ditadura como a de Cuba, a do Paraguai, e do Uruguai, talvez. A do Uruguai mas eu poderia dizer aqui que o Presidente Figueiredo conseguiu, ele, com o apoio de homens sérios, a libertação da presa política do Brasil, Flávia. Nós temos condições, companheiros e nós aceitamos o ponto de vista dos nossos adversários da democracia, se eles não querem aceitar os nossos

pontos de vista?

Que Democracia é esta que se prega, quando o grande Ruy já lembrava, por exemplo, que o Parlamento é o convívio dos contrários. Onde é preciso que haja respeito mútuo. E quando nós vemos um eminente Deputado acusar o outro de louco, porque certamente lhe faltavam argumentos mais convincentes.

Poderia dizer, que descobri no Deputado Pugliesi ontem, mais uma especialidade: Deputado Pugliesi é também um técnico, além de assuntos em geral, em Psiquiatria. Só que lembro o adágio popular: — "Que de Psiquiatra e de louco, cada um tem um pouco".

Mas, quero dizer que o Governo nada teme, o que não aceitamos — e é isto que precisa ficar esclarecido, nesta Casa — são insinuações malévolas, sem provas. Porque, a prova, a respeito do procedimento correto da COPEL, nós a trazemos aqui.

Qual é a prova?

São os atestados do Tribunal de Contas, relatados naquela Corte Auxiliar deste Poder Legislativo, por um homem da estirpe do ex-Deputado Armando Queiroz, cuja aprovação de seu nome se deu aqui, nesta Casa, com o aplauso dos homens da Oposição, que disseram e testemunharam, naquela ocasião, que não estavam votando num político, mas sim num homem de bem.

E o Dr. Armando Queiroz analisa todos os documentos da COPEL.

Ora, Senhores, falaram em provas?

Hoje, o Deputado Pugliesi aparece com a história da compra de uma madeireira que não constava em seu requerimento original. E Sua Excelência nenhuma prova traz. Como se a prova não coubesse a quem acusa, porque o requerimento pré-julga, porque o requerimento insinua, porque o requerimento quer estabelecer um vínculo de desonestidade entre a firma empreiteira e o Dr. Arturo Andreoli, ex-Presidente da COPEL. Não faz mal que atinja uma companhia paranaense, não; que se atinja empresário paranaense, não.

Não se importa que seja atingida uma firma de gabarito internacional como a COPEL; não se importa que se atinja a honra de centenas de técnicos da COPEL!

Não tenho procuração nenhuma para defender COPEL ou firma empreiteira. Mas, tenho a procuração que me foi delegada pelo voto do povo do Paraná, para aqui, nesta Casa, defender os homens de bem.

Mas, não se pode, impunemente, acusar, porque, nem a Oposição terá o direito, depois, de se defender se alguma insinuação lhe for feita.

Por isso, Sr. Presidente, vamos voltar à discussão racional do assunto: À insinuação do Deputado Pugliesi, respondemos com a prova do Tribunal de Contas.

Agora, se existe algum interesse escuso no requerimento, escuso em termos de desonestidade, mas algum objetivo não declarado, o objetivo é atingir a honorabilidade de um servidor público exemplar, como é o Dr. Arturo Andreoli, ex-Presidente da COPEL e que recebeu, nesta Casa, com o apoio dos homens da Oposição, um título de cidadão honorário.

Não vou dizer que os homens da Oposição são ignorantes, porque eles sabem que para se conceder título de cidadão honorário é preciso se analisar a honorabilidade pessoal do homenageado.

Não, Srs. Deputados, este assunto precisa ser discutido com seus objetivos políticos. Este, sim, que nenhum benefício trazem, nenhum privilégio trazem para a Copel, para o povo do Paraná, que juramos nesta Casa defender.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. LINEU TURRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As colocações que tem sido feitas com referência à matéria, na minha opinião, não se trata de nenhuma acusação e nenhuma imputação formal "a priori" a quem quer que seja. A matéria trata simplesmente de fazer uma indagação, uma indagação, inclusive, para salvaguardar até a honorabilidade da administração da Copel e do próprio Governo do Estado. Não se está fazendo imputação, é o que eu entendo do requerimento, porque ele está perguntando apenas, ele está fazendo indagações. Agora queria dizer que as colocações do Deputado Luiz Alberto, são de ordem subjetiva as afirmações que faz. Não me lembro até se aprovamos Título de Cidadão Honorário a Arturo Andreoli, não me lembro disso, mas isso não tem nada a ver com o que estamos discutindo. Se o Tribunal de Contas aprovou as contas da Copel, é bom que se saiba que isso não faz coisa julgada, que é problema administrativo, que passa apenas na esfera administrativa. Os tribunais estão cheios de julgamentos em que homens, administradores públicos, depois de terem as contas aprovadas, tem o certificado do Tribunal de Contas de isenção, são submetidos a processos por deslizos que praticaram posteriormente. Isto não faz coisa julgada.

De forma que, Sr. Presidente, e inclusive são considerações errôneas que são feitas aqui, inclusive aquelas de que a matéria de concorrência pública está disciplinada no Decreto-Lei 201, quando se trata de um decreto que disciplina as responsabilidades criminais de prefeitos e vereadores. Não se trata de administração pública, de sorte que Sr. Presidente, as colocações são absolutamente erradas, que a proposição, o pedido de informações do Deputado Waldyr Pugliesi é um pedido correto, perfeito, sem qualquer insinuação ou imputação à honorabilidade de quem quer que seja. É um pedido de informações, um direito fundamental de todo cidadão em um País democrático de saber como e aonde é aplicado o dinheiro público, e nós aqui nesta Casa, representando o povo do Paraná, que paga impostos, que contribui com o seu suor para a construção e efetivação dos serviços públicos. Estamos no dever indeclinável de pedir informações ao poder público, aos homens responsáveis pela guarda do dinheiro e dos bens públicos, aonde, como estão aplicando e gerindo os bens públicos. É a nossa responsabilidade e nós da Oposição temos a consciência tranqüila de que estamos cumprindo tranqüilamente com o nosso dever. É isso o que teremos que fazer e meus parabéns ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após as considerações dos dois lados, da bancada do PDS, dos ilustres companheiros de Oposição do PMDB, nós, pertencentes ao Partido Trabalhista Brasileiro, ouvimos de que naturalmente o Tribunal de Contas aprovou as contas da Copel. Entendo, Sr. Presidente, de que se nada há de errado, não deveria se esconder o que se pede. Se nada há de errado, que custa mostrar, e por entender assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, votaremos com o requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Também acompanhamos as discussões que foram levantadas em torno deste requerimento. E enquanto estava-

mos, desde sessão anterior, apreciando os debates, sentindo inclusive a que campos esses debates foram conduzidos, nós lembramos de uma posição que sempre defendemos. Não apenas agora, mas sempre, desde que exercendo mandato nesta Casa Legislativa.

É a defesa do Pedido de Informação. Defesa do Pedido de Informação, porque pelo menos daquilo que ainda resta ao Poder Legislativo, talvez seja um dos caminhos e uma das formas de podermos ter prestado esclarecimentos que entendemos sejam devidos.

E a verdade, Sr. Presidente, é que a posição tomada pela minha bancada, bancada que tenho a honra de liderar do Partido Popular nesta Casa, a decisão que tomamos foi uma decisão em favor do pedido de informações, e por muitas razões, porque ele não é agressivo, porque é um pedido de informações que eu entendo acabou permitindo que aqui tivéssemos tantas discussões, que tivéssemos o envolvimento inclusive do nome do ex-Presidente da COPEL, tivéssemos inclusive tantos ataques quando eu me permitiria inclusive, já que pude me aperceber que muita gente que aqui está, inclusive não conhece o teor por inteiro do requerimento, de pedir permissão aos nobres Pares de ler o requerimento, que foi apresentado pelo Sr. Deputado Waldyr Pugliesi. O que ele requer e em que termos requer.

(Lê o requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi).

Nós entendemos, Sr. Presidente, que são indagações, que essas indagações são perfeitamente válidas que, evidentemente, tudo me parece da maior clareza possível para a COPEL prestar tais informações, e não sabemos porquê tivemos, em função deste requerimento e de mais uma vez, a tentativa de obstruí-lo, a exemplo do que já tivemos dias atrás, quando nesta mesma bancada o Deputado Fiori Luiz apresentou um pedido de informações a respeito de gastos do Governo em emissoras de televisão para fazer publicidade do Governo, também não houve condições, foi rejeitado por esta Casa e ficou uma dúvida muito grande, não apenas neste Parlamento, mas junto ao povo. Por que se escondem tais informações?

Esta é a razão do nosso posicionamento e o Partido Popular, como consequência terá fixada a sua posição votando favoravelmente à matéria. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento do nobre Deputado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, eu sou compelido a deixar justificado o meu voto. Sou amigo pessoal do Sr. Darcy Mário Fantin, titular da D.M. E não posso negar a um amigo meu, a oportunidade de provar a sua inocência. Acredito estaria agindo incorretamente, não permitindo que um amigo, que um cidadão que reconheço probo não tivesse a oportunidade de, de público, de oficialmente através desta Assembléia Legislativa provar a sua honorabilidade.

Não posso, Sr. Presidente, me permitir a rejeitar um requerimento e deixar uma pessoa que hoje, sob suspeita e sob suspeita acredito de ordem subjetiva da bancada situacionista que assim entendeu e a opinião pública passa a então desenvolver este raciocínio, que se era de ordem subjetiva, hoje ao ser prolatado da tribuna, ao percorrer a imprensa passa a ser de ordem objetiva, não posso permitir que uma pessoa que acredito decente, honrada, trabalhadora, fique impossibilitada de, de público, oficialmente provar a sua honorabilidade.

Por isso voto favoravelmente ao requerimento. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para declarar...

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. MÁRIO CELSO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres Deputados. Praticamente tudo já foi falado com respeito ao requerimento, apenas faço uma colocação.

Foi citado o problema do Tribunal de Contas. Entendo que a simples aprovação de contas pelo Tribunal de Contas não quer dizer que a organização é idônea e que está aplicando bem o dinheiro público. Se assim fosse o Dr. Newton Grein, Diretor do Instituto de Assistência ao Menor, já estaria na cadeia. Porque há mais de cinco anos que o Tribunal de Contas vem negando a aprovação das contas do IAM por considerá-las irregulares.

Segundo informações do próprio Diretor do IAM na CPI do Menor Abandonado, nesta Casa, ele declarou que na ocasião o IAM pagava funcionários com verduras, pagava funcionários com trabalho das gráficas, com parte do material. E isso dificultou a aprovação. Por isso o Tribunal vem negando. Então, só quero deixar claro esse detalhe, dizendo que muitas vezes o Tribunal de Contas aprova as contas de uma entidade, de um órgão, mas na verdade existem vários detalhes que possam levar essa mesma organização à Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. REJEITADO O REQUERIMENTO.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa) 23 Srs. Deputados aprovam.

26 Srs. Deputados rejeitam. REJEITADO.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Pediria a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que constasse claramente da Ata que as oposições com assento nesta Casa, votaram favoravelmente ao requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi, e que os Deputados da situação mais uma vez votaram contrariamente a um pedido de informação, desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa detere.

O SR. ERONDY SIVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem. Vossa Excelência, por gentileza, determine que conste da ata, nominalmente, o nome dos Srs. Deputados do PDS que votaram favoravelmente ao requerimento, que contraria todos os preceitos regimentais das discussões havidas nesta Casa. Porquanto estamos apenas ratificando uma determinação, uma decisão de uma Câmara do Tribunal de Contas que aprovou as contas da Copel, nos exercícios referidos no requerimento do nobre Deputado Waldyr Pugliesi. E que nós nos abstermos de examinar e de interferir nas relações empreiteiras/Copel, que não temos nada, o Poder Legislativo não tem nenhuma ingerência, desde que existe dispositivo de lei, decreto-lei federal, regulamentando matérias de con-

corrência pública.

Não é função do Poder Legislativo. Por esta razão, nominalmente, todos os Srs. Deputados do PDS votaram contrariamente ao requerimento. Vossa Excelência pode mandar constar da ata, por gentileza. Não nos atemoriza o requerimento do nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral da Itaipu Binacional, visando a publicação em Diário Oficial da União, de atos indenizatórios provocados pelas desapropriações de áreas de terras, que serão atingidas pelas águas do reservatório da referida represa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante de expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações, à nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, em nome do Presidente eleito Wadís Vitorio Benenutti. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Senhor Doutor Airton Fogaça, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante de expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do ex-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, por ocasião das solenidades de posse da nova diretoria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (O pronunciamento acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento ao Senhor Deputado Dácio Leonel, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, visando a construção de uma unidade escolar no Distrito de Prado Ferreira, Município de Mirassolva. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valduga, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública em forma de apelo, no sentido de tomar medidas enérgicas contra freqüentes roubos de café em nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante de expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto ao Senhor Ministro da Saúde, tendo em vista o desligamento do cientista Albert Sabin, da campanha contra a poliomielite, solicitando ainda, voto de solidariedade ao referido cientista pela sua honesta e corajosa posição tomada diante da decisão do Senhor Ministro. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente.

Em meu nome pessoal, é evidente que é uma questão livre para a bancada do PDS, mas, em meu nome pessoal, quero me associar ao requerimento do nobre Deputado José Tavares.

Se me permitir Vossa Excelência no final da votação, gostaria de subscrever esse requerimento num protesto à incompetência de um Ministro, que recusa a cooperação gratuita e valiosa do maior cientista em Poliomielite da humanidade, para resolver problemas cruciantes da infância brasileira. A incompetência, o egocentrismo, a vaidade, desse Ministro, privou as crianças brasileiras da colaboração deste grande cientista que é Albert Sabin. — (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

**Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nestor Baptista e Nelson Friedrich, constante de expediente solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Segurança Pública e Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo providências e informações quanto à situação de ameaças e violências contra moradores da Vila Parolin. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio à Confederação Nacional da Agricultura pelas acusações que fez à Igreja, solicitando ainda, voto de solidariedade à Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros pelo extraordinário trabalho que a Igreja vem desenvolvendo em favor dos oprimidos, dos sem terras. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós não poderíamos deixar de usar a tribuna face à importância, da condenação praticada pela Confederação Nacional da Agricultura através do seu Presidente Flávio de Brito, contra o trabalho, principalmente, executado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Recentemente, Sr. Presidente, participando em Brasília de um almoço festivo com Sua Excelência o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura de maneira insinuada e terrivelmente comprometedora, estando presentes onze Presidentes de Federações da Agricultura de onze Estados do Brasil, acusou a Igreja de conter maus Padres, estendendo a acusação a maus políticos e maus funcionários, sob a alegação de que os trabalhos últimos da Igreja Católica no Brasil vinham levando à comunização deste País. Ora, Sr. Presidente, a igreja brasileira acusada pela Confederação Nacional da Agricultura, tendo em vista a sua posição em relação à terra aos latifúndios, a sua inexploração aos problemas da posse, do êxodo rural e da própria reforma agrária.

**Segundo a mentalidade**, obscurantista, medieval e conservadora dos membros da CNA, a Igreja está querendo comunizar o País.

Em 1964 estes mesmos conservadores, obscurantistas, medievais, latifundiários, acusavam os trabalhadores, os estudantes, as forças populares, os intelectuais, junto com o governo João Goulart, de que queriam a comunização deste País. Hoje, Sr. Presidente, o bode espiatório das forças conservadoras, é a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a sua atuação, principalmente, após a aplicabilidade da teologia da libertação. Porque, Sr. Presidente, porque esse tipo de colocação quase ao final do Século XX, porque a partir de Medellín, a Igreja da América Latina passou a rever suas posições teológicas, reencontrando-se Sr. Presidente, com os verdadeiros princípios cristãos, voltando sua direção aos oprimidos, aos pobres, fracos e marginalizados. O Presidente do CELAN, Cardeal Aluísio Lorscheider, disse durante a abertura da reunião de Puebla que "O mais importante é a defesa ou a proclamação da dignidade da pessoa humana, a proclamação dos direitos fundamentais da América Latina à luz de Jesus Cristo".

O teólogo peruano Gustavo Gutierrez, no mesmo encontro afirmou que "as comunidades eclesiais de base são expressões do amor preferencial da Igreja pelo povo singelo, nas quais se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e lhe dá possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo".

Isto demonstra que a Igreja da América Latina manifesta-se constritamente ao "status quo" vigente, pois que ignora o

homem, transformando-o num miserável.

E com relação ao homem do campo, é a igreja que se coloca na vanguarda, já de algum tempo, na defesa dos trabalhadores rurais brasileiros, sejam eles posseiros, arrendatários, parceiros, colonos, bóias-frias, ou mesmo índios.

Além de um sem número de casos em que, nos últimos anos, padres e bispos procuraram com sua autoridade moral e religiosa, proteger esses trabalhadores, foi criada a Pastoral da Terra, e ultimamente, na 18ª Assembléia Extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Itaici, 172 bispos brasileiros aprovaram o documento "Igreja e Problemas da Terra", inclusive, condenando a forma capitalista de exploração da terra.

Neste documento, além de ser dado um forte apoio à reforma agrária que possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo, o capitalismo no campo foi fortemente condenado. Esse capitalismo foi condenado pela terra de exploração, terra que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. Sua alternativa foi também definida com clareza: "terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especulações".

Explica-se então o porquê dos grandes latifundiários do País acusarem, agora, a Igreja de estar tentando comunizar o País. Ela é contra a exploração e especulação por demais feita pelos latifundiários, como bem atesta o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Mas, também, Sr. Presidente, não são só os latifundiários isoladamente, que exploram o homem da terra e fazem da terra um valor de capital, também empresas agrícolas nacionais e estrangeiras que fazem dos trabalhadores rurais verdadeiros escravos no atual século.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que a Pastoral da Terra vem realizando e por todas as demais atividades da própria Igreja, é uma ação voltada ao homem, para que o mesmo se realize como ser humano, libertando-se da exploração e lutando contra os oprimidos.

Aqueles que acusam a Igreja, aqueles que hoje acusam a igreja, acusaram, no passado os sindicatos; acusaram, no passado, as entidades estudantis; acusaram, no passado, os partidos políticos progressistas e continuarão a acusar, pois não desejam mudanças estruturais no País. Desejam, sim, a permanência do atual quadro, onde uma minoria é a grande privilegiada e que vive às custas da grande maioria marginalizada.

Às acusações da Confederação Nacional da Agricultura, ficam o nosso repúdio, o nosso protesto.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — ... e continuarão a acusar, pois não desejam mudanças estruturais no País. Desejam, sim, a permanência do atual quadro onde uma minoria é a grande privilegiada e que vive às custas da grande maioria marginalizada. Às acusações da Confederação Nacional da Agricultura fica o nosso protesto, o nosso protesto...

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Em seguida, Deputado.

Nós pedimos que seja manifestado por esta Assembléia, que já teve coragem, de maneira unânime, de pedir a reforma agrária neste País, porque já é hora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, já é hora de cada um "de per si" e todos em conjunto, mostrar de que lado está, da minoria explorada e que carrega votos, nas campanhas eleitorais, batendo às suas costas e defendendo o trabalhador, ou se está lá ao lado dessa minoria exploradora que tudo pode, que tudo quer, e a tudo absorve.

Darei o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Muito obrigado. Vossa Excelência anda com passos firmes e com marcas desta caminhada

no trato do encaminhamento desse requerimento profundamente objetivo e necessário. Realmente a posição não só desse cidadão, mas dessa entidade, representa uma resistência do grande capitalismo explorador de vastas áreas de terras, de uma posição conservadora que visa unicamente perturbar o trabalho de base, o trabalho pastoral, o trabalho social da igreja, porque como entidade temporal, lhe pertence também o dever de fazer gestões junto aos seus fiéis, para melhor racionalização das atribuições humanas na terra e não é só, Sr. Deputado.

A posição da igreja colocada pela Carta de Itaici, ela visa fundamentalmente se posicionar a resistir à exploração da terra como instrumento de entesouramento de riquezas de uns privilegiados e, ao mesmo tempo que procura atribuir ao homem, a plenitude de um ser humano à semelhança de Deus e esse é o termo usado, e não apenas um instrumento de lucro, de poderosos que assenhorearam-se de posições hoje contestadas em vários segmentos da sociedade que, nada mais nada menos, representa 82% da população brasileira.

Esta é a posição que a igreja está adotando uma posição visionária do futuro e realística da atualidade. Por essa razão, não só me parabeno com Vossa Excelência, como também me posiciono favoravelmente e irrestritamente a esta formalização de requerimento encaminhado por Vossa Excelência.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Obrigado Deputado. Agradeço ao aparte e é verdade de que nós estamos, muitas vezes, ocupando grande parte da nossa energia nesse Parlamento para discutir, analisar e esgotar assuntos conjunturais e emergenciais da realidade brasileira; seguidamente fazemos dessa tribuna uma força viva em torno dos assuntos do dia a dia, ora no setor agrícola, condenando o confisco da soja, ora o confisco do café, ora a problemática do feijão, ora tantos outros problemas que afligem a agricultura. Mas raras vezes, fomos iluminados para trazer a esta Casa, e a esta tribuna os problemas verdadeiramente estruturais, que são as grandes forças causadoras do atual caos da agricultura e na economia brasileira. E a igreja, que atuando nas comunidades de base e principalmente após Medellín e com a teologia da libertação como já me referi, é que abriu um novo horizonte, buscando pregar lá na base aquilo que os sindicatos foram impedidos de fazer durante esses dezesseis anos de autocracia, de ditadura e obscurantismo em que os sindicatos foram transformados em agências assistenciais substituindo o próprio Governo que devia, junto a cada FUNRURAL, colocar departamentos adequados para no assistencialismo e no trabalho de expediente, fazer aquilo que jogaram nas costas dos sindicatos.

Não raro, os sindicatos que deveriam ser o grande instrumento de defesa do trabalhador e a grande função do sindicato, foi sempre a distribuição da renda, a defesa da melhoria de qualidade da vida dos seus sindicalizados, se transformaram sim, em verdadeiros apanágios dos interesses centralistas de Governantes e de homens públicos ligados ao Governo.

Por esta razão, é que nós devemos levantar vozes de apoio e solidariedade quando os Bispos do Brasil, numa posição em favor dos oprimidos e miseráveis do capital, estão comprometidos com a libertação humana, com a justiça social e principalmente, com o verdadeiro espírito de cristianismo.

E nessa hora mais que nunca, é preciso ouvir o pastor, aqui o nosso Deputado Gernote Kirinus.

**O Sr. Gernote Kirinus** — Nobre Deputado, agradeço as referências e também o aparte.

Lamento nobre Deputado, gostaria de também ir à tribuna em discussão dessa matéria, mas já não existe mais ambiente nesta Casa, para ouvir nem se quer Vossa Excelência, acredito que realmente não há interesse maior pelos que estão fazendo discussões paralelas nesta Casa, portanto completamente desanimado, limito-me apenas a fazer um aparte a Sua Excelência.

Esquecem-se os caçadores às bruxas.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Sr. Presidente. Pela ordem. Solicito

a Vossa Excelência que é praticamente impossível ouvir a oração dos Srs. Deputados que estão no uso da palavra através do regimento. Faço esse apelo democraticamente a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Com a palavra o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Por minha parte, continuo cedendo ao Deputado Gernote Kirinus, em que pese não estar no confissãoário, Vossa Excelência tem que falar mais alto para ser ouvido.

O Sr. Gernote Kirinus — Obrigado, nobre Deputado.

Vinha dizer e contribuir com o seu discurso, que aliás Vossa Excelência faz com muito brilhantismo, de que esquecem-se os da extrema direita ao acusarem ou insinuarem de que os Bispos do Brasil, ou o clero das igrejas, estejam sendo infiltrados por comunistas ou esteja comunizando o País. Esquecem-se eles de atacar o cerne da questão. Porque os bipsos na qualidade de pastores, não fazem nada mais do que transmitir o recado, que Deus mesmo deixou ao homens através deste livro, a Bíblia.

Talvez, seja este o livro que esteja hoje mais conspirando contra os regimes de opressão deste mundo e que estão em vigor no terceiro mundo. Talvez seja este o livro o mais rude, que ataca mais violentamente, os regimes de opressão, as ditaduras, porque traz em seu bojo a triste história da escravidão do povo de Israel no livro do Êxodo.

Este livro, que fala da lendária história da criação, tem para os latifundiários omitido a reserva de terras para a Volkswagen, Slaviero, Klabin, da Sharp, quando diz que a terra é criada para todos os homens.

Esqueceu-se de estabelecer os limites de propriedade. Muito pelo contrário, este livro não admite a propriedade privada da terra, ele admite a propriedade da terra apenas como bênção de Deus. E é por isso, que se refere em Gênesis doze, quando dá a terra à Abraão de que ele o abençoaria para que ele dê a bênção aos demais. Portanto, não existe uma propriedade privada da terra. Ela é coletiva, conforme os ditames deste Livro que é a Constituição das humanidades. Portanto, estes direitistas, estes que vivem acusando os padres, os pastores, o clero em geral, que fazendo, inspirando-se neste Livro dizem as verdades a este regime opressor, chamando-os de comunista, esquecem-se de cassar talvez o Livro que ainda felizmente está sem censura, neste País, que é a Bíblia.

Gostaria de ter ido à tribuna, para mostrar as passagens do Livro do Êxodo, o quanto Deus se revolta contra as opressões, as opressões na época de Faraó, contra o seu povo e como Deus se engaja na luta da libertação. O livro de Êxodo que serviu de base para a inspiração da Teologia da Libertação e que está mais próximo da realidade dos povos latino-americanos e que serviu também de base para as conclusões de Medellín. No entanto, espero que em outra oportunidade possamos fazer esse esclarecimento para que não percam tempo em cassar e matar, e torturar e prender padres e bispos, mas que vão então a fonte que eles chamam de subversão, que é este Livro.

Mas eles não têm peito de fazer isto. Eles não têm coragem de colocar e cassar o direito deste Livro, porque estariam eles mexendo com o poder máximo da Humanidade, estariam mexendo com o próprio Deus.

Nobre Deputado, seria esta a observação. Gostaria de entender-me mas não quero alongar-me porque sei que Vossa Excelência ainda tem pela frente grande parte do seu discurso. Em outra oportunidade haveremos de falar também das grandes exigências e mudanças que o próprio Cristo nos sugere através da sua presença viva, no meio da humanidade há dois mil anos. E que continua sendo defendida e pregada pelos padres e pelo clero e sem reparar a quem ofende. No entanto, eles são, os que se sentem ofendidos é que deveriam reparar e revisar profundamente os seus princípios cristãos e o seu batismo.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte, que acima de tudo foi uma verdadeira lição, que por demais engrandeceu as nossas colocações. E retiro da sua exposição a ampliação de dois aspectos. O primeiro, é que verdadeiramente essa é a igreja que começa a ser perseguida no Brasil, como já foi em alguns casos no passado, como já aconteceu com todos aqueles padres que já inclusive foram assassinados, no Mato Grosso do Norte, na Bahia, no Centro-Oeste deste País, e a todas as regiões em que palpitam as questões de terra, da propriedade, em que se colocam jagunços contra posseiros, em que pequenos proprietários são assassinados, violentados e agredidos. Esse é o quadro que a igreja vem atuando com redenção e com libertação. A Igreja brasileira, já com seus reflexos em outros países da América Latina e que por certo haverá de se espalhar ainda mais em todos os países do sul, os países do terceiro mundo.

E o segundo aspecto, Deputado, Vossa Excelência bem coloca que são os mesmos da Confederação Nacional da Agricultura que sempre se colocam ao lado dos projetos Jari, das fazendas Volkswagen, das cessões de 400 mil hectares de terra, como recentemente ocorreu a uma construtora brasileira, no Senado da República, a cinquenta cruzeiros o hectare, 10 anos para pagar, sem juros e correção monetária, enquanto o nosso proprietário está sendo expulso da terra. E bastaria citar aqui inúmeros municípios, inclusive de minha região, em que os pequenos proprietários estão sendo alijados, expropriados de suas propriedades.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acrescento aqui algo que me deixou, não só angustiado, como terrivelmente preocupado. Trata-se de uma notícia recente, do dia 15 de abril, portanto, de ontem, quando reunidos no V Encontro Econômico Teuto-Brasileiro, na Alemanha, onde inclusive se encontra uma representação do Paraná, tendo a sua frente um Secretário de Estado, neste encontro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada mais, nada menos do que o Sr. Hermann Abs, Presidente do Deutsche Bank, faz acusações contra a Igreja no Brasil dizendo e recebendo palmas do auditório formado principalmente por banqueiros e empresários germânicos, de que o Arcebispo Católico que deveria estar mais ocupado em promover o bem-estar das almas em sua igreja, fica se intrometendo nos assuntos sindicalistas de São Paulo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não são mais os latifundiários do País, não é mais só a Confederação de Agricultura, são os aliados, são os dominantes, representados pelo alto capitalismo norte-americano, com seu pé no Japão e seu pé na Alemanha Ocidental, que explorando os países do terceiro mundo, também ousam se intrometer contra a atuação da Igreja Católica deste País. Desta feita, contra o Arcebispo, que está tramitando nesta Casa o título de cidadão honorário a este cidadão de uma grandiosidade universal, o Arcebispo Dom Evaristo Arns, de São Paulo, que estaria por trás de movimentos sindicais de São Paulo, como o movimento do ABC.

É lógico, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a mesma técnica, a mesma política, a mesma força se faz neste conflito do capital e trabalho, que tem sua sede na propriedade do capital, mas tem sua mão forte, presente e dominante em todos os países do terceiro mundo.

Aqui no Brasil, um dos dedos desta mão dominante que forçosamente quer dominar, é a própria Confederação Nacional da Agricultura, quando toma atitudes deste tipo, tendo a petulância de pedir a segurança nacional contra o trabalhador libertador da igreja. Reivindicando medidas no Conselho de Segurança Nacional contra atitudes deste maus padres, para um latifundiário, como o Presidente da CNA.

Até quando? Para onde vais?



Terminou a Campanha da Fraternidade ontem. Para onde vai este País? Com decisões e tomadas de posição como esta? De onze Presidentes de Federações da Agricultura, na voz do Presidente maior da sua confederação? Em vez de defender o brasileiro, o expropriado bóia-fria, em vez de defender o pequeno proprietário rural que coloca comida na mesa do brasileiro e hoje tem-se falta, colocam-se a favor dos latifundiários.

Ontem os donos das grandes propriedades, hoje os barões do capital. Assim a história se repete e as veias abertas da América Latina, como Galeano coloca tão bem em sua obra, continuam abertas. A nossa riqueza é a nossa pobreza, exatamente porque a riqueza é levada e ficamos com os restos do subdesenvolvimento, com os efeitos do capitalismo selvagem, com a expropriação das nossas riquezas minerais, agrícolas e humanas, enquanto os Países desenvolvidos, Estados Unidos, com seus consulares na Europa, Alemanha Ocidental e no Oriente, o Japão se articulam através da tri-lateral para continuar o domínio.

É com grande prazer que dou o aparte ao eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, se ainda tem interesse e vontade. O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Agradeço a Vossa Excelência o aparte que havia solicitado anteriormente, apenas para fazer uma colocação. Realmente, há algumas coisas equivocadas, erradas, neste País. Uma delas, é exatamente a cessão de terras à grandes grupos enquanto que, os nossos pequenos proprietários rurais, especialmente os da região que represento nesta Casa, têm uma série de dificuldades para conseguir o seu título de terras, portanto, sem entrar no mérito do assunto, que o traz à tribuna nesta tarde, quero declarar o meu parecer, exatamente idêntico ao de Vossa Excelência neste aspecto. É preciso que haja realmente, uma mudança na política de regularização fundiária neste País.

Porque nós vemos, na quinta-feira da semana passada, fui à Região de Chopinzinho ao lado do Secretário da Agricultura, do Coordenador do INCRA, do Presidente do FITECÊ e declarava público lá de alto e bom som, que não entendia como algumas terras da Região Sudoeste, ainda não tivessem sido regularizadas, terras, cujos conflitos se iniciaram em 1960 e que ainda não foram regularizadas, parte do Sudoeste foi graças ao meritório trabalho executado durante o primeiro governo do Sr. Ney Braga, neste segundo período governamental, eu lançava o desafio ao Secretário da Agricultura, e aos homens responsáveis pela política fundiária deste Paraná, vamos regularizar o restante das propriedades, sem a burocracia que a lei exige, até porque para se doar grandes áreas de terras, a empresas construtoras, esta burocracia é deixada de lado, inclusive, pelo Senado Federal. O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta, mas lembra ao Sr. Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo, respondendo primeiro, rapidamente ao aparte.

Dizendo que neste aspecto, o atual regime e os atuais homens do Poder, são um tanto céticos às mudanças fundiárias, com as mudanças do modelo agrícola, agrônômico e agrário do País.

Vou lhe dizer o porquê. Porque nós possuímos uma obra realmente boa, no trato do assunto da terra, que é o Estatuto da Terra, que inclusive pela primeira vez, transformou o conceito civil e privatista, de que a terra era um bem de capital, conceituando-se que a terra é um bem social como meio de produção e muito menos, portanto, como reserva de valores.

Esse conceito que seria talvez a grande revolução agrária do País que consta dos preâmbulos deste Estatuto da Terra, foram negados sempre, e por isso, já se disse desta tribuna, quinhentos e oitenta e seis modificações já sofreu o Estatuto da Terra desde 64, todas as modificações para evitar a sua verdadeira aplicabilidade.

São porque, elementos como os que dirigem a Confederação Nacional da Agricultura, estão a cozinhar as modificações que as sociedades exigem. E se colocam em almoços festivos, com o Ministro do Planejamento como este, de poucos dias atrás, a favor do latifúndio, a favor da conservação do "status quo" das injustiças que ele produz, não querendo mudar nada, porque são os grandes beneficiários, os grandes merecedores das benesses do "status" que permanece explorando e criando famintos de alimentos e famintos de trabalho.

Por isso conclamo a esta Casa, Sr. Presidente para concluir, que aprove este voto de protesto, de protesto a esta atitude da Confederação Nacional da Agricultura, através do seu Presidente.

E que também demos um voto de solidariedade à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pelo extraordinário trabalho que vem desenvolvendo em favor dos oprimidos, dos homens sem terra, dos injustiçados, dos pobres, num verdadeiro compromisso com a problemática social, sob a clara inspiração dos princípios libertadores do homem, e o reencontro com as raízes evangélicas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão o requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz. Antes porém, a Mesa registra a presença no Plenário, de Sua Excelência o Senhor Deputado Federal Olivir Gabardo.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Além do eminente Deputado Federal, João Olivir Gabardo, com satisfação esta Casa de Leis, recebe o ex-Deputado e o maior Líder das Oposições do Paraguai, Domingos Laino e sua esposa, D. Rafaela.

Flávio de Brito, Presidente da Federação Nacional da Agricultura, tem duas jóias: a primeira se não me falha a memória, quando declarou "Quem toma leite, no País, é só o rico para curar ressaca". E veio agora com a segunda jóia, apontando a igreja como o caminho para o socialismo, dizendo que "Não é justo que a igreja pregue a comunização".

A igreja realiza, hoje, um verdadeiro trabalho de base, visando conscientizar as massas.

Para avivar um pouco a mente do Sr. Flávio de Brito, deveria acompanhar e ler a opção preferencial feita pelos pobres em Puebla.

A igreja fez opção pelos pobres em Puebla, é uma opção preferencial e não exclusiva, dá preferência aos pobres sem excluir os ricos.

A igreja condena a situação da riqueza que oprime, explora e escraviza mas não a condição de rico que pode ser involuntária, herança ou sorte.

Mas, a igreja condena a situação da pobreza, da privação, da marginalização injusta, mas não a condição de ser pobre, com vida simples, austera, sóbria e evangélica.

Pois a igreja estava comprometida com os poderosos e com a estrutura social opressora. Agora, se compromete mais com o povo.

A igreja sempre esteve a serviço dos pobres por suas obras de caridade, é antiga e volumosa a ação caritativa da igreja, pelos órfãos, doentes e velhos, nos territórios de missões, de colonização e nas ocasiões de calamidade pública, sempre foi significativa e caridade pública da ação da igreja.

As Encíclicas sociais, a partir do século passado, com a "Rerum Novarum", mostram a preocupação da Igreja para com os pobres, oprimidos e injustiçados.

Nos três acontecimentos fizeram a igreja mudar, optando mais pelos pobres: o Vaticano II, em 62/65; Medellín, 68 e Puebla, 79.

O Vaticano II redefiniu a Igreja como povo de Deus, igreja do povo, de todos, todos os homens de boa vontade, de reta consciência, que vivem a servicialidade ao próximo, mesmo

que sejam ateus, pertencem, implicitamente, ao povo de Deus. Está dentro do mundo, para participar das angústias e esperanças do povo, não está distante do mundo para se preservar como igreja e sacristia; não está ao lado do mundo para competir com igreja da cristandade, a igreja se coloca como servidora do mundo, como fermento na massa.

Por isso, tudo que é verdadeiramente humano ressoa no coração da igreja, daí que as alegrias e as tristezas dos homens, sobretudo pobres, são da igreja.

Puebla leva a sério a designação da igreja como povo de Deus, como povo pecador peregrino e servidor, como esforço de maior encarnação na vida do povo, como apelo constante à corresponsabilidade, como ação preferencial pelos pobres e pelos jovens; como servidora do índio, do negro, dos posseiros, dos trabalhadores e das mulheres.

Puebla faz opção pela justiça. Propõe uma igreja, em vista de uma comunhão universal; uma igreja que se auto-critica e se despoja para evangelizar livremente.

O luxo de alguns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas.

Isso é contrário ao plano do Criador e à honra que Lhe é devida.

Nessa angústia e dor, a igreja discerne uma situação de pecado social, cuja gravidade é tanto maior quando se dá em países que se dizem católicos e que têm capacidade de mudar.

Pois milhões de pessoas vivem privadas de alimentos, de trabalho, de instrução adequada, condenadas à fome, à enfermidade, à mortalidade precoce, com falta de moradia adequada, com salários de fome, com desemprego e sub-emprego, com desnutrição, com migrações maciças, forçadas e sem proteção.

Esta pobreza não é uma etapa casual, mas o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja outras causas da miséria.

Isso exige conversão pessoal e mudanças de estrutura para uma justiça social.

Ainda, para avivar um pouco a mente de Flávio de Brito, Presidente da Federação Nacional da Agricultura; passo a ler um trecho de Dom Romeu Alberti, Bispo da Igreja de Apucarana.

Ele dizia sobre a sociedade, a conjuntura atual em que vivemos e fala em fraternidade; fala em nossa política econômica que vem orientando a nossa Pátria, para determinados tipos de desenvolvimento verdadeiramente condenáveis.

E Dom Romeu Alberti coloca: "Será fraterno concentrar a renda nacional nas mãos de poucos irmãos, sempre mais ricos, às custas da maioria, sempre mais pobre?"

Será fraterno optar preferencialmente pelo consumo privatista, sofisticado, suntuário, supérfluo, aprazível e, por vezes, até escandaloso de minorias, que controlam o sistema, ao lado de carências fundamentais da maioria do povo brasileiro?

Será fraterno oferecer vantagens crescentes aos investimentos estrangeiros, especialmente das empresas transnacionais, que realizam impunemente, em enormes territórios, sangrias nacionais, que reduzem sempre mais nossa autonomia de Nação? Que tornam nossa economia nacional sempre mais dependente das economias centrais? Que exploram em suas áreas e delas expulsam nossos irmãos índios e posseiros.

Será fraterno privilegiar o capital financeiro, em relação ao investimento diretamente produtivo, levando a concentrar mais ainda a renda nacional nas mãos de poucos e incentivando especulações que favorecem às instituições de crédito e não ao povo brasileiro?

Será fraterno produzir investimentos faraônicos e de ostentação, num País, cuja maioria necessita do essencial, aumentando a dívida interna do País e centralizando excessivamente recursos públicos em favor da União e das grandes empresas estatais, com prejuízo, às vezes, calamitoso de Estados e de Municípios do Brasil?

Será fraterno procurar combater a inflação, arrochando os salários-mínimos da maioria e deixando escancarados, sem controle, os salários máximos e crescentes das minorias, beneficiárias da inflação?

Será fraterno provocar aumento de produtividade, cujos excedentes se destinam a servir-se do Trabalho barato, o qual em vão aguarda, com paciência heróica, poder melhor compartilhar um dia dos lucros da empresa e da renda nacional? E cujos excedentes se destinam apenas a servir ao capital, o qual, em parte os reinveste geralmente para produzir bens desnecessários e em grande parte os reabsorve privadamente em gastos supérfluos e luxuosos, esquecendo-se de que sobre esse capital pesa proporcionalmente uma grande hipoteca social?

Será fraterno marginalizar a riqueza humana do Brasil, fechando aos brasileiros sua participação na solução dos problemas que a todos interessam, supervalorizando quase exclusivamente minorias distantes da realidade nacional e quiçá, por vezes, comprometidas com interesses nem sempre nacionais?

Será fraterno não dar condições suficientes ao homem do campo, permitindo seu êxodo rural para o Paraguai e a Bolívia, como para as periferias de nossas cidades pequenas, médias e grandes?

Será fraterno esquecer-se que a produção agrícola do Brasil depende, na sua maior porcentagem, das pequenas propriedades?

Será fraterno omitir-se a uma revisão política da terra e da estrutura fundiária, que garanta a permanência na terra daqueles que nela trabalham? Que sessenta milhões de famílias sem terras com condições jurídicas e financeiras para produzirem alimentos básicos, como pequenos produtores proprietários ou não, evitando-se dessa forma a proletarização da mão-de-obra rural, sua exploração, tão abundante no norte paranaense quanto a bóias-frias, mulheres e menores?

Será fraterno produzir para exportar, visando superar a dívida externa do país, sem, porém, uma política interna, adequada que, num país continental, capaz de saciar a fome de um continente, evite de importar, até mesmo gêneros de primeira necessidade?

Será fraterno deixar de incentivar pequenas e médias agro-indústrias nas próprias regiões produtoras, onde a mão-de-obra local possa ainda ser valorizada e onde as estruturas básicas se constroem a menores custos do que nos super densos centros urbanos?

Será fraterno deixar-se ainda seduzir pelos grandes investimentos intensivos de capital, quando tais investimentos são hoje questionados até mesmo por países desenvolvidos, que descubram a importância das unidades produtivas médias, organizadas comunitariamente com tecnologias relativamente simples, capazes de estimular a criatividade dos pequenos produtores?

Será fraterno não proteger os salários reais da maioria pobre por um congelamento intransigente nos preços do consumo básico das classes desfavorecidas? Por que numa "economia de guerra" não modificar as regras do jogo, de maneira que se torne lucrativo, para a iniciativa privada, produzir abundantes e baratos alimentos populares, tecidos populares, casas verdadeiramente populares e remédios de primeira necessidade?

Não seria, pois, fraterna uma corajosa revisão global e profunda de nossa política econômica a fim de que ela se orientasse realmente em função do homem?

Não seria fraterno, ao invés de corrigir efeitos, inclusive à base de conflitos emergentes, procurar atingir as raízes profundas causadoras constantes de tão anti-fraternos efeitos sociais? Não basta retirar folhas, quando há raízes que estão envenenadas?"

O SR. FLÓRIO LUIZ — Apenas Sr. Presidente, nobres Deputados, ainda calçado e baseado no requerimento do Deputado Nelson Friedrich, com relação às declarações do Sr. Flávio de

Brito. Parece-nos uma esquisofrenia levemente acentuada, para não dizer um debilóide, com essas jóias raras que a imprensa tem publicado.

**O Sr. Renato Bernardi** — Vossa Excelência permite um aparte?

Estou ouvindo com atenção as colocações que Vossa Excelência faz, calcado na Carta Pastoral ou nas declarações de dirigentes religiosos e, especialmente no nosso Dom Romeu Albert, Bispo de Apucarana e Cidadão Honorário do Paraná. E agora, quando Vossa Excelência, ao reproduzir essas informações fala exatamente do esvaziamento dos pequenos proprietários, dos homens do campo que são expulsos para outros lugares, para a periferia das pequenas, das médias, e especialmente, das grandes áreas metropolitanas aventando também, o fato de que muitos irmãos nossos são compelidos a procurar no Paraguai e na Bolívia, as terras que aqui no Brasil lhes faltam embora, milhões e milhões de hectares estejam nas mãos especulativas de grandes grupos econômicos nacionais e principalmente, internacionais. E caindo para o campo prático, imediato e muito regional nosso, nós observamos hoje no Norte do Paraná, e me parece que isto deve ser um fenômeno em todo o Estado do Paraná, quando, durante a colheita do algodão e agora, nos preparativos para a colheita do café, nós estamos nos ressentindo da falta de mão-de-obra.

Veja Vossa Excelência, que para a colheita de algodão algumas fazendas estão sendo obrigadas a ir buscar diariamente mão-de-obra a mais de 130 km de distância, pagando pela colheita de uma arroba até Cr\$ 125,00.

E hoje, os cafeicultores paranaenses estão se debatendo com a alarmante crise da falta de mão-de-obra, num verdadeiro castigo porque, enquanto, não se aplicou o Estatuto da Terra, não se procurou dar ao homem do campo as condições mínimas de trabalho e de produção, esses irmãos nossos foram expulsos e foram procurar em outros centros, em outros lugares, o trabalho que lhes faltava na sua terra original.

E agora, o setor de produção do Paraná está se debatendo exatamente, com a falta de mão-de-obra para esta emergência de colheita do Estado do Paraná.

**O Sr. José Domingos Scarpellini** — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento do orador).

Nobre Deputado, é realmente de se estranhar quando estamos vendo e temos consciência de determinadas declarações como essa prestada por um homem que ocupa um cargo importante, subentendendo que o homem que ocupa um cargo importante como esse, devesse o ser também.

Mas, fala-se em reforma agrária já há longos anos. Fala-se no João sem Terra e o João sem Terra cada vez mais sem terra. O que na realidade nós estamos vendo e parece-nos que o Governo está preocupado, não em resolver o problema do João sem Terra, mas em aumentar o problema. Nós vimos, recentemente, uma aquisição de 400 mil hectares de terras roxas, da melhor qualidade possível em uma das regiões mais ricas do Brasil, serem licitadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA, que infelizmente de reforma agrária não tem nada, 400 mil hectares de terra foram licitadas a 40 cruzeiros, (quarenta cruzeiros) o hectare, e, a firma que ganhou esta licitação chama-se Andrade Gutierrez. A área de terra se localiza em São Félix do Xingu, no Estado do Pará.

Em compensação nós vimos e conhecemos perfeitamente o projeto de colonização do INCRA na Região de Altamira, no Estado do Pará que é uma região igual a essa que foi licitada os 400 mil hectares. E o INCRA argumenta que não existe como fixar o homem nos seus projetos de reforma agrária. É lógico que não existe como. O INCRA não dá um lote demarcado, o INCRA não dá a mínima assistência ao pequeno trabalhador quando ele vai para se fixar nos lotes. Então aí vêm os conflitos e divisões; vêm os problemas daqueles que estão vagando de um lado a outro do Brasil, que chega lá totalmente descapitalizado com a condição mínima de fazer lá um ranchinho coberto

de palmeira para habitar.

E o INCRA argumenta que a única maneira de se fazer reforma agrária no Brasil é transferir todas as terras da União para a iniciativa privada, e então as colonizadoras particulares efetuarem essa reforma agrária, como se o Estado fosse incompetente. E o INCRA mostra a incompetência do Estado para isto.

Na nossa Região do Norte do Paraná, nobre Deputado, Vossa Excelência milita e faz política e está vendo os problemas sociais se agravando, estão transformando realmente o Paraná e o Brasil no maior pasto do mundo. Porque estão desalojando todo o pequeno proprietário e o Governo, ao invés de incentivar o pequeno proprietário a se fixar no campo, dando-lhe o incentivo necessário, o Governo faz ao contrário. Ele constrói casas populares para atrair o homem do campo para os cinturões da miséria das grandes cidades.

E nós que estamos vendo Londrina, Maringá e Apucarana. Apucarana que tem 1.200 casas populares construídas. Das 1.200 apenas 1.000 até agora foram habitadas, 200 estão abandonadas, com mato crescendo, tudo quebrado e já em última fase de conservação.

E o programa do Governo do Estado agora é construir mais 2.500 casas populares para incentivar ainda mais o homem do campo a abandonar o campo e vir para a cidade. 2.500 casas populares em Apucarana, se já tem 200 casas que estão fechadas. Que o plano do município com tudo de publicidade que já fez não conseguiu habitar as casas populares que lá existem. E o Governo vai fazer mais 2.500.

Não entendemos mais até que ponto vai esta inversão de valores que os homens, que dirigem esta Nação e este Estado, programaram. Não sabemos para que caminho leva. E quando vem a igreja defender as teses legítimas, profundas, meramente de cunho social, aparece um "Somoza" na vida, para dizer que a igreja quer comunizar.

Realmente, a indústria do comunismo existe. A indústria do comunismo é que mantém as ditaduras fascistas no Poder. E todo aquele democrata que desfraldar uma bandeira pelos problemas sociais, será tido como comunista. Dom Pedro Casaldáglia, em São Félix do Araguaia, numa luta tremenda contra as multinacionais que lá se implantaram, defendendo o índio e o posseiro, parece que de Bispo passou a ser assombração nas altas rodas dos fazendeiros de Goiânia e de São Paulo, porque defende o povo, defende aquele que não tem ninguém por ele. E se a igreja, se o Bispo não falar por aquele que não sabe, que não tem expressão, que não tem representação, quem vai falar? É a Igreja que fala, são os Parlamentos, os Deputados.

Muito obrigado, pelo aparte.

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — Para concluir, Sr. Presidente, muito obrigado, Deputado José Domingos Scarpellini, apenas para lembrar que se Flávio de Brito, Presidente da Federação Nacional de Agricultura, tivesse a sensibilidade de que tem os nossos padres hoje, a sensibilidade de buscar na base, de conscientizar na base, de orientar na base o nosso povo, se Flávio de Brito tivesse um por cento da sensibilidade de um Casaldáglia, de um Arns, de um Câmara, de um Adriano, do Balduino, do Pelé e de um Dom Romeu Alberti, talvez a agricultura estivesse melhor.

No encerramento, reforçando a visita do nosso ilustre irmão de fé, nosso irmão de encontros e desencontros, Líder das Oposições no Paraguai, Domingo Laino, à quem, mais uma vez saudamos nesta Casa. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — Continua em discussão o requerimento.

**O SR. LÁZARO DUMONT** — Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

**O SR. LÁZARO DUMONT** — Sr. Presidente, nesta oportuni-

dade quero deixar registrada a minha posição também, de total apoio ao requerimento que ora está sendo discutido e que pede um voto de protesto desta Casa à atitude, talvez até impensada, da Confederação Nacional de Agricultura.

Apesar da amizade que temos e até do diálogo franco que existe entre a minha Confederação, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, e a Confederação Nacional da Agricultura, mas de maneira nenhuma nós poderíamos, principalmente na minha condição de dirigente sindical rural, deixar de apoiar este requerimento que foi uma ofensa não só à Igreja Católica deste País ou ao clero de outras religiões. Mais do que isto, foi uma ofensa à classe produtora deste País, aos trabalhadores rurais, aos meeiros, aos arrendatários, que são os homens sacrificados que conduzem a bandeira da produção deste País. Pouca gente sabe que 70% da comida que entra no estômago do brasileiro é produzida por estes homens que estão sendo chamados hoje de serem conduzidos ao comunismo neste País.

Comunistas são aqueles que impedem o progresso deste País, possibilitando o enriquecimento ilícito de tantas e tantas pessoas. Não a Igreja que está aí orientando. Lamento uma coisa na Igreja, lamento sim, que esta tomada de posição dela tenha vindo apenas nestes últimos dois anos, que já devia ter vindo há 10, há 15 anos atrás; que o trabalhador rural não estaria aí, morrendo em cima de caminhões, tombando quase todas as semanas; os bóias-frias, que todo mundo diz, mas todo mundo não faz nada.

Aqui, acrescento também, que sou altamente contrário também, a muitos que se intitulam defensores da classe trabalhadora; que se intitulam defensores de uma reforma agrária neste País, mas que por trás dos panos também são grandes latifundiários. Que lá não querem repartir, querem repartir o dos outros.

Portanto, Sr. Presidente, talvez desses 10 anos de Deputado, nunca me senti, dentro desta Casa, numa emoção tão grande, por episódio aqui acontecido comigo. Mas quero dizer: pode me considerar pessoa não grata do partido; pode me tirar das Comissões, como foi dito, mas eu não voto contra o trabalhador; não voto contra a minha consciência, como Presidente Sindical. De maneira nenhuma, Sr. Presidente. Porque não posso ser Presidente de uma entidade, assimilar os problemas deles, para mim, defendê-la como Presidente e depois chegar nesta Casa, como Deputado e ter outro pensamento; outra atitude. Nunca, Sr. Presidente, nunca. Em atitude que vem ferir a classe que eu represento, aconteça o que acontecer, estarei com ela para sempre. (Muito bem, palmas). - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - Continua em discussão. - (Pausa).

Encerrada a discussão. Em votação. - Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem). - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. - (Pausa). - Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. - (Pausa).

18 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado e Secretário da Educação, no sentido de que sejam efetuados estudos, em se conceder ajuda ao Colégio Agrícola de Campo Mourão,

a fim de melhorar suas instalações. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo providências no sentido de dotar Campo Mourão de um Posto de Saúde. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Egon Pudell, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça visando seja criado o Distrito Judiciário de São José, município de Santa Helena. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Friedrich, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Agricultura, Ministério da Agricultura, Banco do Brasil e Banco Central, encarecendo a imediata liberação de recursos à Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Friedrich e outros, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo a revogação do ato que considerou "persona nongrata" ao País o ex-Deputado oposicionista paraguaio Domingo Laino. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante de expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações, ao Senhor Ignácio Aloysio Donel, pela sua eleição para Presidente da COTRIGUAÇU. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Celso, constante de expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Senhor Secretário da Educação, no sentido de que preste informações com referência ao programa Merenda Escolar. - Encerrada a discussão.

O SR. MÁRIO CELSO - (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum, porque apenas os deputados Nilton Friedrich, Renato Bernardi e este Deputado que fala, se encontram presentes. Acredito que não temos condições de seguir a sessão desta maneira. Por isso requeiro a chamada nominal apenas para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede a chamada)

11 Srs. Deputados responderam a chamada.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Antes de encerrada a Mesa anuncia a presença em nosso plenário do Vereador Noburo Yamamoto, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, bem como do Engenheiro Agrônomo Bento Carlos Pato.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 197 e 198/79, e 3 e 4/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para a sexta-feira, dia 18, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 55, 171, 204 e 209/79.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO TÉRCIO ALBUQUERQUE, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 16 DE ABRIL DE 1980.**

**"PRONUNCIAMENTO DO EX-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FOZ DO IGUAÇU.**

Pedimos licença neste momento em que nos despedimos da presidência e da diretoria da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, de todos os amigos companheiros e colaboradores para abrirmos o nosso coração e nele buscarmos aquilo que de mais puro existe; "A Gratidão" e com ela presentear a todos os que nos ajudaram durante os nossos cinco anos e meio de trabalho frente a direção da entidade.

Voltando nossa consciência ao passado, encontramos na lembrança a data de 19 de julho de 1.951, quando a nossa associação foi legalmente constituída como entidade congregando o comércio e a indústria de Foz do Iguaçu.

Tínhamos então uma valente diretoria constituída pelos valorosos homens como Pedro Basso, Augusto Araújo, Eurides José da Silva e André Comi. O primeiro, como presidente fundador da entidade.

Os anos se passaram e em agosto de 1974 por razões óbvias estava totalmente paralizada ... E aí um guerreiro valente, o companheiro e amigo Antônio Esteban Fernandes, que com sua enérgica iniciativa, reuniu no hotel Ortega os companheiros: Antônio Euzinério Pinheiro, Manoel Rodrigues de Souza, Wadis Vitorio Benvenuti e Fouad Mohamad Fakih, para tratar da reestruturação da nossa associação, pois graves problemas surgiam e exigiam uma enérgica providência, nessa mesma época vinha Itaipu, fenômeno este que mudaria por completo a fisionomia de Foz do Iguaçu, e aí está a prova diante nossos olhos ...

Dessa reunião e seguida de mais quatro, renascia a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, em outubro do mesmo ano foi eleita por aclamação a diretoria que hoje se despede, esta diretoria iria apenas reestruturar e dirigir por um tempo complementar, os destinos da Associação.

Porém este mandato complementar se renovou por mais duas vezes com os mesmos dirigentes que são eles:

Presidente: FOUAD MOHAMAD FAKIH;  
Vice-Presidente: ANTÔNIO ENZINÉRIO PINHEIRO;  
Secretário: NELSON DOMARESKI;

2.º Secretário: GENÉSIO PALLA, depois substituído por LUCIANO JOÃO BORDIN;

Tesoureiro: MOHAMAD ALI OSMAN;

2.º Tesoureiro: OMAR TOZZI;

Vogal: FRANCISCO FUKUSHIMA;

Orador e Chefe do Departamento Jurídico: DR. ÁLVARO WENDHAUSEN DE ALBUQUERQUE.

Como membros do Conselho: ALFREDO KELLER, depois substituído por MUSTAFÁ OSMAN, ANTÔNIO ESTEBAN FERNANDES, MANUEL RODRIGUES DE SOUZA, SADI CARVALHO, WADIR VITÓRIO BENVENUTTI e JÚLIO ROCHA NETO, depois substituído por JOSÉ VEZAR DE SOUZA.

Como Diretoria eleita, em face dos graves problemas que tínhamos pela frente, partimos para os estudos e planejamento, programações e execuções de nosso trabalho.

De imediato adquirimos e reorganizamos o SPC que estava em mãos de particulares; criamos o Departamento de exportação sob a chefia de ANIBAL ABATE SOLEY, com MÁRIO GALEGARI, depois substituído por APARECIDO BATISTA DA SILVA, ABDUL SAID RAHAL, GAUDÊNCIO FREITAS e WALTER KELLER.

Com isso conquistamos ainda mais o mercado Paraguai.

Coseguimos sucessivas prorrogações da Portaria 389 que considerava as exportações em cruzeiros, passíveis de crédito dos estímulos fiscais e isenções.

A ampliação da lista de produtos exportáveis com isenção de impostos.

Uma terceira pista na cabeceira da Ponte da Amizade, além do desvio para tráfego da Itaipu Binacional e um amplo estacionamento.

Participamos da criação do Comitê de Fronteira no qual somos membros ativos.

Participamos da Comissão Permanente PRO-CONSTRUÇÃO da ponte internacional Brasil-Argentina e o representante da ACIFI é o Presidente desta Comissão, companheiro SÉRGIO LOBATO. Estamos ainda empenhados em conseguir através dos órgãos do Ministério de Relações Exteriores com os quais já mantivemos contatos para que uma Comissão de empresários iguaçuenses consigam acompanhar sua Excelência Senhor Presidente JOÃO BATISTA FIGUEIREDO quando de sua visita à Argentina no próximo mês de maio, reforçando talvez as reivindicações já feitas para a concretização final desta necessidade que é a ligação rápida entre o Brasil e o País vizinho e amigo — Argentina.

Nasceu dentro da Associação Comercial a idéia de se criar a área de livre comercialização de produtos nacionais de Foz do Iguaçu, que hoje está nas mãos do Deputado Estadual Tércio Albuquerque.

Participamos de todos os Conselhos da Cidade, em quase todos os sentidos.

Esta diretoria, desde o princípio, procurou de diferentes maneiras congregar e conscientizar o "espírito de unidade" da Sociedade Empresarial Iguaçuense, para que essa união service como "força dinâmica" na realização de nossos ideais. Para isso realizamos inúmeras reuniões em diferentes locais que nos cederam gentilmente.

Assim, conseguimos reestruturar a ACIFI e colocá-la numa posição ideal de trabalho para alcançarmos o grande objetivo a que nos propusemos: a construção de nossa sede própria.

Senhores:

Podemos assegurar-lhes sem falsa modéstia, que não foi fácil!

Horas mal dormidas! Refeições amargas! Momentos delicados! Problemas difíceis! Foram, paulatinamente, vencidos e superados.

E nossa diretoria - pouco a pouco - par e passo - foi ganhando terreno na direção de nossos ideais.

Graças ao espírito descortinado de justiça do nosso Prefeito Municipal, Cel. Clóvis Cunha Vianna, conseguimos uma permuta do terreno antigo que já havia vencido o Decreto de Doação para construção da sede própria, há mais de 12 anos, por dois lotes urbanos, nos quais construímos com grandes sacrifícios.

cios, a nossa sede própria definitivamente.

Esta que hoje nos abriga, e que serviu e serve à toda a comunidade, tais como: Sindicato dos Condutores Autônomos, Lyons Club Itaipu e Lyons Club Cataratas, Clube dos Diretores Lojistas, Associação Médica Regional, Liga Iguaçuense de Futebol, Clube União Árabe, Associação dos Contabilistas do Extremo Oeste do Paraná, a UNICON, APAE, PARTAL, COART, CONSELHO COMUNITÁRIO e tantos outros, pois sempre estive de portas abertas para todos os órgãos e instituições do Governo como o BADEP, CACEX, RECEITA FEDERAL, SEAG, PREFEITURA e muitos outros.

Vale também ressaltar que foi sede da XXV Plenária das Associações Comerciais do Paraná, fato inédito em Foz do Iguaçu, e abrigou por bom tempo a Faculdade de Ciências Aplicadas de Foz do Iguaçu - e dezenas para termos chegado até aqui não podemos deixar de dar nosso voto de gratidão a todas as autoridades, aos nossos companheiros de Diretoria e aos Associados em geral.

Pedimos excusas por não citarmos nomes devido ao extenso número de colaboradores.

Queremos ainda agradecer, nesta oportunidade, o empenho e boa vontade dos senhores: LUIZ CARLOS SAMWAIS, ATHALIBA AIRES AGUIRRA, ARI ACYR SABOIA, FERNANDO SALINET, DEPUTADO TÉRCIO ALBUQUERQUE, VITÓRIO BASSO, ENÉAS CARRAZZAI MARUSSI, ao DR. ÁLVARO ALBUQUERQUE, que sempre com suas palavras amigas nos orientou.

Ao amigo e irmão Álvaro, não tenho palavras para te agradecer, pela sua lealdade, pontualidade e

dedicação em todos os nossos chamamentos. A você ÁLVARO, muito obrigado.

Agradecemos também à Presidência da República, Governador do Estado, Receita Federal, CACEX, Secretarias de Estado e Ministérios, e muitos outros que sempre estiveram com as suas portas abertas para a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu.

Quando chegamos no final da jornada, com a nossa consciência em paz, fruto da certeza de termos realizado um trabalho dedicado, profícuo e feliz, olhamos para trás e recordamos os nomes, as fisio-nomias, os anônimos, todos os colaboradores, todos os funcionários, os Secretários e muito particularmente, o nosso grande Secretário, Senhor Roberto Ariel Grignet (nosso braço direito forte). Para dizermos de todo o nosso coração ... Muito obrigado.

Aquilo que fizeram jamais será esquecido, porque esta sede abrigará, enquanto existir, um pouco de cada um de nós ...

Ao novo Presidente WADIS VITÓRIO BENVENUTTI - nosso preferido - à toda sua diretoria, entregamos alegres e felizes, confiantes e tranqüilos os destinos da gloriosa Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, desejamos que sejam felizes e brindados com uma realização profícuo e valiosa que engrandeça, ainda mais, o Patrimônio Histórico de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado.

---